

Revista

**FEBASE**

Federação do Sector Financeiro



Directores Adjuntos: Carlos Marques; Carlos Silva; Pereira Gomes; Viriato Baptista

Ano 1  
N.º 6  
1,50 €  
12 de Outubro 2010



Negociação salarial em Seguros

**Finalmente  
uma luz ao fundo do túnel?**

## Ficha Técnica

**Propriedade:**  
Federação do Sector Financeiro  
NIF 508618029

Correio electrónico:  
revista.febase@gmail.com

**Director:**  
Delmiro Carreira – SBSI

**Directores Adjuntos:**  
Carlos Marques – STAS  
Carlos Silva – SBC  
Pereira Gomes – SBN  
Viriato Baptista – SBSI

**Conselho editorial:**  
Cristina Damião – SBSI  
Firmino Marques – SBN  
Luís Ardérius – SBC  
Patrícia Caixinha – STAS

**Editor:**  
Rui Santos

**Redacção e Produção:**  
Rua de S. José, 131  
1169-046 Lisboa  
Tels.: 213 216 113  
Fax: 213 216 180

**Revisão:**  
António Costa

**Grafismo:**  
Ricardo Nogueira

**Execução Gráfica:**  
Xis e Érre, Lda.  
xer@netcabo.pt  
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.  
2810-237 Laranjeiro

**Tiragem:** 80.000 exemplares  
**Periodicidade:** Mensal  
**Depósito legal:** 307762/10  
Registado na ERC: 125 852

## sumário

**CONTRATAÇÃO** | Banca  
Febase quer discutir **situação no BPN 4**

Queixa contra BPI já está  
na Provedoria **4**

Bancários integrados na Segurança Social  
mas **mantêm Fundos de Pensões 5**

Greve geral em 24 de Novembro **6**

**CONTRATAÇÃO** | Seguros  
Finalmente **uma luz** ao fundo do túnel? **6**

**SINDICAL** | Actualidade  
Comissão de Acompanhamento analisa **relatório da Caixa da Misericórdia de Angra 8**

**DOSSIER** | Actualidade  
Crise económica e regras de Basileia III  
prejudicam **Fundos de Pensões 10**

Aumentar **capital**  
ou modificar modelo de negócio? **13**

**QUESTÕES** | Jurídicas  
**Falsos recibos verdes** e despedimento ilícito **16**

**TEMPOS LIVRES** | Nacional  
Cruzeiro da Febase à Madeira **18**

**INTERNACIONAL** | Actualidade  
Manifestação da CES em Bruxelas **19**



**20**  
| **STAS Actividade Seguradora**



**24**  
| **Bancários Sul e Ilhas**



**26**  
| **Bancários Norte**



**28**  
| **Bancários Centro**



TEXTO: **DELMIRO CARREIRA**

O Secretariado da Febase reafirma que uma eventual integração dos bancários inscritos na CAFEB no regime geral da Segurança Social não provocará quaisquer efeitos nas retribuições líquidas, nem qualquer diminuição das pensões de reforma

Informação credível deve ser procurada nos *sítes* dos Sindicatos

# Integração dos bancários no regime geral da **Segurança Social**

Nos últimos dias, a Comunicação Social tem produzido inúmeras notícias e análises sobre um acordo tripartido que envolve Governo, Banca e Sindicatos da Febase em matéria de Segurança Social, aplicável aos bancários no activo admitidos antes de 3 de Março de 2009 e inscritos na CAFEB (Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários). Por outras palavras, aplicável aos bancários no activo cujas pensões são suportadas exclusivamente pelos Fundos de Pensões, uma vez que a situação dos que se encontram já na reforma permanece inalterável.

Essas notícias e análises nem sempre têm primado pelo rigor, talvez devido à complexidade técnica inerente a esta questão e, em alguns casos, ao desejo de especular sobre acréscimos de receitas para a Segurança Social face à situação da crise orçamental, lançando a confusão entre os destinatários deste eventual acordo: os bancários.

Os Sindicatos da Febase têm participado em vários contactos bilaterais com o Governo e com a Banca, trocando documentos de trabalho para base de um acordo. Mas apenas na passada Sexta-feira, 8 de Outubro de 2010, teve

lugar uma primeira reunião tripartida, conforme se dá conta neste número da revista.

Durante esta semana, os três Sindicatos e a Febase vão realizar reuniões dos seus Conselhos Gerais, onde o assunto será debatido e apresentados os documentos que têm vindo a ser discutidos. Nessas ocasiões, os membros dos órgãos próprios de cada Sindicato e da Federação terão em seu poder todos os elementos sobre o assunto.

O Secretariado da Febase reafirma que uma eventual integração dos bancários inscritos na CAFEB no regime geral da Segurança Social, nas eventualidades de velhice (pensões de reforma) e parentalidade (maternidade, paternidade e adopção) não provocará quaisquer efeitos nas retribuições líquidas, nem qualquer diminuição das pensões de reforma. Nunca assinaremos um acordo que possibilite tais consequências.

Agora, mais do que nunca, a informação credível deve ser procurada nos *sítes* dos Sindicatos e nos seus órgãos de informação. Esforçar-nos-emos para a produzir. É esse o nosso compromisso. ■

Solicitada reunião a Costa Pina

Febase quer discutir **situação no BPN**

TEXTO: INÊS F. NETO

A Federação do Sector Financeiro (Febase) solicitou uma reunião urgente ao secretário de Estado do Tesouro para discutir a situação dos trabalhadores do Banco Português de Negócios (BPN)

Novo pedido de reunião, que vem na sequência de uma solicitação feita em Agosto e até ao momento sem resposta, prende-se com a preocupação dos trabalhadores daquela Instituição de Crédito quanto ao seu futuro.

Inicialmente a Federação queria discutir com o governante a não aplicação do aumento salarial aos trabalhadores do BPN, ao contrário do que aconteceu na restante Banca.

Mas agora o objectivo da Febase vai mais além, como se lê na missiva enviada dia 4 a Carlos Manuel Costa Pina: «As notícias vindas a público sobre a venda do Banco não são nada animadoras, o que tem aumentado ainda mais a ansiedade e o receio dos trabalhadores, preocupados não só já com o facto de não terem sido aumentados, mas também com a manutenção e salvaguarda dos seus postos de trabalho.»

**À espera do aumento**

Na carta de 18 de Agosto, a Febase recordava ao governante o processo negocial do sector bancário, no qual participou o BPN e que resultou no acordo de um aumento salarial para 2010 de 1% na tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária.

À proposta de actualização salarial enviada pela Febase a todas as entidades bancárias em Novembro de 2009 respondeu, no início de Dezembro, «o grupo negociador das Instituições de Crédito subscritoras do ACT, BPN incluído, tendo-se de imediato iniciado as negociações».

Em 26 de Maio foi assinado pelas partes o acordo de princípio, «tendo o referido grupo assinado também em nome do BPN», lembra a organização sindical na carta a Carlos Manuel Costa Pina.

Face à não actualização salarial no BPN, a Febase questionou a Administração, tendo sido informada de que o Governo não tinha aceitado aplicar no BPN o regime de excepção, então também solicitado pela Administração, a exemplo do procedimento seguido no Banco de Portugal e na CGD.

Perante o avolumar de interrogações e ao crescendo de preocupações dos trabalhadores do BPN sobre o futuro do Banco e dos seus postos de trabalho, a Febase reitera a Costa Pina a necessidade de se realizar a reunião solicitada, para conjuntamente ser analisada a situação que se vive na Instituição.

**Sem compradores**

Recorde-se que apesar de terem sido vários os interessados a levantar o cader-

no de encargos para a reprivatização do BPN, o processo foi adiado pelo Governo face à ausência de propostas de compra.

Segundo uma notícia do jornal "Público" do dia 24 de Setembro, alguns dos potenciais interessados na compra do Banco manifestaram dúvidas sobre determinados pontos do caderno de encargos, nomeadamente no que diz respeito aos trabalhadores.

Uma dúvida já antes expressa pela Febase, que na altura em que foi conhecido o caderno de encargos escreveu ao ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, e ao presidente do Banco, Francisco Bandeira, alertando para a falta de clareza do articulado relativamente ao futuro dos trabalhadores.

Face ao texto da regulamentação, a Febase manifestava na carta «a sua perplexidade e profunda preocupação pela forma superficial, ligeira e inconsistente como na mesma se mostra tratada a matéria concernente à "integral preservação dos interesses dos trabalhadores", que é prevenida no n.º 3 do Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 2/2010, de 5 de Janeiro, refere a missiva da Federação, datada de 30 de Agosto.

Segundo o mesmo jornal, enquanto decorreu o processo a Direcção-Geral do Tesouro fez a recomendação aos interessados para não despedirem os cerca de dois mil trabalhadores do Banco. "Uma ideia que tem sido transmitida sempre que há pedidos de esclarecimento por parte das entidades que levantaram o caderno de encargos", escreveu o diário.

Uma recomendação que, aliás, ficou bem patente na posição assumida pela Febase junto do secretário de Estado. ■

Negociação entre Sindicatos, Bancos e Governo

Bancários integrados na Segurança Social mas **mantêm Fundos de Pensões**

TEXTO: INÊS F. NETO

Os Sindicatos dos Bancários da Febase, os Bancos e o Governo estão a analisar a possibilidade de integração dos bancários no activo admitidos antes de 3 de Março de 2009 no regime geral da Segurança Social. Para os actuais reformados e os já inscritos no regime geral da Segurança Social, a situação mantém-se tal como está

**Fundos de Pensões são complementares**

Relativamente às contribuições para a Segurança Social, os bancários mantêm o actual desconto de 3%, mas este em vez de ser entregue à Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) transi-

qualquer integração dos Fundos de Pensões na Segurança Social". Para o regime geral são transferidas agora, apenas, as responsabilidades futuras dos bancários com duas eventualidades – parentalidade e pensões de reforma –, uma vez que o desemprego e as doenças profissionais já estão no regime geral.



As Direcções dos três Sindicatos prepararam a primeira reunião tripartida

ta directamente para os cofres do regime geral da Segurança Social.

Por sua vez, os descontos efectuados pelos bancos passam dos actuais 11% para 23,61%, os quais somados aos já referidos 3% a cargo dos trabalhadores cobrem os encargos correspondentes à taxa contributiva desagregada, fixada no Código Contributivo, para as eventualidades a suportar pelo regime geral da Segurança Social (parentalidade, velhice, doenças profissionais e desemprego).

No entanto, os bancários admitidos na Banca depois de 1 de Janeiro de 1995 e que agora passam também a integrar o regime geral da Segurança Social mantêm, como até aqui, a sua contribuição de 5% para o respectivo Fundo de Pensões, cujos planos são complementares à reforma da Segurança Social, nos termos previstos contractualmente.

"A contribuição de 5% para os Fundos de Pensões não passa para a Segurança Social", garantiu Delmiro Carreira.

Esta matéria tem sido objecto de várias notícias e análises nos últimos dias na Comunicação Social, nem sempre da forma mais correcta, nomeadamente por parte do "Jornal de Negócios" e da SIC, o que se poderá compreender dada a complexidade técnica do assunto.

Tentando clarificar parte da confusão instalada, em declarações à SIC o Presidente da Direcção do SBSI adiantou que "não há

As pensões de reforma a pagar aos bancários são calculadas como até aqui, ou seja, conforme o disposto no ACT ou noutro IRCT aplicável, havendo porém lugar a uma pensão do regime geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para esse regime, o que faz diminuir as responsabilidades dos Bancos.

Com este acordo tripartido, todos os bancários no activo ficam integrados no regime geral da Segurança Social, ainda que alguns só relativamente às eventualidades de doenças profissionais, desemprego, parentalidade e velhice.

**Autorização legislativa**

O Governo poderá já contar com os efeitos deste acordo tripartido no Orçamento de Estado para 2011, através de uma autorização legislativa para a criação da necessária legislação.

Por sua vez, os Bancos verão a prazo compensado o actual aumento da contribuição, com a redução do esforço financeiro para os Fundos de Pensões, pois uma parte das reformas dos trabalhadores passa a ser paga pela Segurança Social. Esta alteração assume especial importância no futuro, face às novas regras contabilísticas impostas pelo Acordo de Basileia III.

Nova reunião tripartida ficou agendada para dia 11, data já posterior ao fecho desta edição. ■

## Queixa contra BPI já está na Provedoria

A queixa da Febase contra o Banco BPI, pela sua persistente e reiterada recusa em dar cumprimento ao regime legal da parentalidade em relação aos trabalhadores ao seu serviço, foi apresentada ao Provedor de Justiça a 15 de Setembro.

Mais uma vez a Febase critica esta atitude do Banco BPI – que é caso único no sector bancário – reiterando que não deixará de continuar a recorrer aos meios legais que se mostrarem adequados para que a legalidade seja cumprida naquele Banco.

Do resultado destas diligências será oportunamente dado conhecimento aos bancários.





## Negociação salarial nos Seguros Finalmente uma luz ao fundo do túnel?

Não temos na memória pessoal, nem na memória histórica do Sindicato, um exemplo que seja comparável com as dificuldades sentidas este ano com a negociação salarial.

Em artigos de opinião e reproduções de comunicados anteriormente dados a conhecer, estão certamente os leitores da revista FEBASE, em particular os do sector de Seguros, familiarizados com este problema e com os constrangimentos sentidos.

O tempo, esse remédio inexorável, tem vindo a provar que toda a argumentação patronal, baseada na crise do sector de Seguros, não é, nem de perto nem de longe, o fator da dificuldade, como facilmente se comprova ao constatar-se que em todas as segura-

doras se procedeu, à margem da negociação colectiva, a aumentos salariais e promoções facultativas, com expressão no crescimento da massa salarial mas com o cortejo das injustiças conhecidas, de favorecer uns em detrimento de outros.

É no quadro da importância da negociação colectiva que se joga, hoje nos Seguros e amanhã noutros sectores da área financeira, o papel dos Sindicatos e o futuro dos mesmos quando, como agora, tudo é tentado para os afastar da defesa dos trabalhadores que representam.

A intervenção directa do Secretário-Geral da UGT, expressa numa reunião entre as partes envolvidas, permitiu, para já, o recomeço do processo negocial, bloqueado pelas sucessivas res-

postas negativas a tudo aquilo que foi apresentado durante o ano, quer pelos Sindicatos, quer pelos representantes do Ministério do Trabalho, nas fases de conciliação e mediação.

Competir-nos-á, mais uma vez, mostrar em sede de negociação, nova proposta que contemple os anseios presentes e futuros dos trabalhadores de Seguros, a disponibilidade para se encontrar uma solução a contento de todas as partes e, com isso, abriremos a porta a outras discussões negociais no quadro da contratação colectiva, mormente quanto ao clausulado do CCT.

Não será por nós que as negociações não verão a luz. ■

\* Presidente da Direcção do STAS

## Greve geral em 24 de Novembro

TEXTO: RUI SANTOS

## As duas Centrais Sindicais unidas no protesto

As duas Centrais Sindicais – UGT e CGTP/IN – vão unir-se, em 24 de Novembro, na manifestação de protesto dos trabalhadores em relação às recentes medidas de austeridade anunciadas pelo Governo e que será concretizada numa efectiva greve geral, que não acontecia há 22 anos

As duas Centrais Sindicais acordaram unir esforços para que essa data constitua uma grande manifestação de protesto popular, após uma reunião dos seus principais dirigentes, que teve lugar na sede da UGT, na tarde de 7 de Outubro.

No final, e em conferência de imprensa – a que, de imediato, foi dado grande relevo na Comunicação Social, com todas as televisões em directo – João Proença afirmou que "as políticas restritivas impostas pelo Governo atacam sempre os mesmos" e que "pôr em causa os direitos fundamentais dos trabalhadores não pode voltar a acontecer", acrescentando que "é fundamental dizer claramente ao Governo, aos partidos políticos e à opinião pública que é fundamental mudar de políticas e combater a desigualdade em Portugal", pelo que "será necessário mobilizar todos os Sindicatos, todos os trabalhadores e todos os que se sentem excluídos com estas medidas".

Carvalho da Silva, coordenador da CGTP/IN, considerou que "a vida no trabalho está a ser infernalizada" e que

"há cortes nos apoios sociais que são inadmissíveis", salientando a importância do protesto, especialmente junto das camadas jovens.

As reduções dos vencimentos dos funcionários públicos, o congelamento das progressões e das admissões na Administração Pública, a redução das prestações sociais, nomeadamente dos abonos de família, o congelamento das pensões e do aumento do salário mínimo nacional foram algumas das medidas que estiveram na origem da marcação desta greve geral.

Recorde-se, também, que a anterior greve geral seguida pelas duas Centrais – em 28 de Março de 1988 – serviu para travar muitas medidas do "pacote laboral" que o governo de Cavaco Silva pretendia impor.

## CONCURSO FOTOSTAS SBSI 2010

FOTOGRAFIAS APURADAS NO MÊS DE JULHO

TEMA LIVRE - STAS



Vai Chover  
Virginia Machado



Ao Sabor do Vento  
João Sales



Olé  
João Sales

COISAS E GENTES DA MINHA TERRA - STAS



As Horas de S. Carlos  
João Bruno

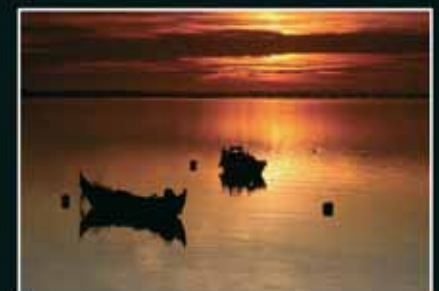


Cor de Rosa sem ser Rosa  
Alfredo Coelho



Cristiano Ronaldo para o Lixo  
João Bruno

TEMA LIVRE - SBSI



Namoro Sereno  
José Canelas



Pausa  
Cristina Mestre



Crepúsculo Reluzente  
João Amaro

COISAS E GENTES DA MINHA TERRA - SBSI



Geometrias  
Jorge Conceição



Uma Passagem  
José Canelas



Estação de Sta Apolónia  
João Amaro

Veja toda a informação em : [www.foto-stas-sbsi.blogspot.com](http://www.foto-stas-sbsi.blogspot.com)





Fundo de Pensões

Comissão de Acompanhamento analisa relatório da Caixa da Misericórdia de Angra

TEXTO: INÉS F. NETO

O Fundo de Pensões da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (CEMAH) apresenta níveis de financiamento de 86,8%, tendo por isso estabelecido um plano de amortização, conforme previsto pelo Banco Central

A Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (CEMAH) reuniu-se a 24 de Maio, tendo por objectivo a análise do Relatório Actuarial de 2009 elaborado pelo actuário responsável. Da Comissão faz parte e esteve presente, em representação dos Sindicatos da Febase, Delmiro Carreira, Presidente da Direcção do SBSI.

«O grau de cobertura do Plano de Pensões da CEMAH era, em 31 de Dezembro de 2009, de 86,8%, sendo o défice de 1.911.721 euros. De acordo com o Aviso 4/2005 do BdP [Banco de Portugal] não se cumpria assim o rácio de financiamento mínimo», conclui a análise dos consultores dos Sindicatos, pertencentes ao Centro de Inves-

tigação sobre Economia Financeira (CIEF) do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/Universidade Técnica de Lisboa).

Mas os consultores salientam que existe «um plano de amortização para o acréscimo de responsabilidades resultantes da introdução dos encargos com os SAMS, subsídio de morte e alteração da tábua de mortalidade, donde resulta uma contribuição anual adicional, de forma a colmatar o défice apresentado».

Nesse sentido, e como o documento chama a atenção, «o Associado efectuou em Fevereiro de 2009 uma contribuição no montante de 667.085 euros, que corresponde à soma do custo do ano estimado, acrescido da prestação prevista no plano de amortização». Refira-se que o custo normal estimado para 2010 é de 509.404 euros, que

inclui já a prestação anual da amortização e o custo normal para o corrente ano.

Assim, e tendo em conta que no ano passado a taxa de rentabilidade foi de 5,9%, em linha com a taxa utilizada de 5,5% para descontar os passivos, os consultores da Febase pensam que o «Asset Liability Matching é ajustado à situação financeira do Fundo», pelo que, acrescentam, «considerando que o Associado dará cumprimento ao plano de amortização acordado, somos de opinião que o Fundo está financeiramente equilibrado num horizonte de longo prazo».

Benefícios garantidos

O Fundo de Pensões tem como único associado a Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

O plano de pensões do Fundo é independente da Segurança Social e segue os benefícios previstos no ACT do sector bancário, «com algumas restrições».

«No plano estão incluídos os encargos com o Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS bem como o pagamento do subsídio por morte, ambos conforme previsto no ACT dos bancários.

No entanto, «poderá o benefício ser inferior ao benefício estabelecido no ACT, uma vez que não é claro se o Salário Pensionável corresponde às mensalidades previstas no Anexo VI do ACT», alertam os especialistas que fizeram a análise para os Sindicatos da Febase.

Recorde-se que os benefícios garantidos pelo Fundo de Pensões da CEMAH são as reformas por invalidez presumível, por invalidez e por sobrevivência, além do subsídio por morte e dos encargos com os SAMS.

Adequação dos activos às responsabilidades

Tendo em conta que a idade média dos activos é de 48 anos, o CIEF considera na sua análise que a estrutura da

carteira, que não sofreu alterações significativas relativamente a 2008, é adequada à estrutura das responsabilidades actuariais do Fundo CEMAH.

«A política de investimentos pode ser considerada prudente, sendo o peso das acções de 27,0%», consideram os consultores da Febase, acrescentando: «A componente obrigacionista representa 53,4% do total da carteira e a

**“A política de investimentos pode ser considerada prudente, sendo o peso das acções de 27,0%”, consideram os consultores da Febase**

componente liquidez representa 11,2%, valor enquadrado no limite estabelecido no contrato de gestão. A taxa de rentabilidade anual no ano de 2009 foi de 5,9%.»

O relatório actuarial refere que a política de investimentos contempla procedimentos e práticas que visam a adequação dos activos financeiros às responsabilidades. Nesse sentido, é adop-

**Responsabilidades do Fundo** Unidade: euros

As responsabilidades com serviços passados são as seguintes:

|              | Responsabilidades | %     |
|--------------|-------------------|-------|
| Activos      | 7.859.923         | 54,3  |
| Pensionistas | 6.608.846         | 45,7  |
| Total        | 14.468.769        | 100,0 |

**Composição da carteira de títulos**

| Títulos                      | 2008   | 2009   |
|------------------------------|--------|--------|
| Obrigações taxa fixa         | 48,8%  | 46,0%  |
| Obrigações taxa variável     | 5,4%   | 7,4%   |
| Acções                       | 20,4%  | 27,0%  |
| Imóveis                      | 3,3%   | 3,1%   |
| Retorno absoluto/Hedge funds | 3,7%   | 5,3%   |
| Liquidez                     | 18,4%  | 11,2%  |
| Total                        | 100,0% | 100,0% |

tado um *Benchmark* estratégico, definido de acordo com o perfil de risco do Associado. São estimadas as medidas de VAR Activo-Passivo e efectuado o *Stress test*.

No entanto, sublinha o documento dos especialistas do CIEF, «os diferentes cenários projectados até 2012 apresentavam níveis de financiamento inferiores ao mínimo exigido pelo BdP». ■

**Pensionistas** Unidade: euros

|           | N.º | Idade média | Pensão média anual |
|-----------|-----|-------------|--------------------|
| Velhice   | 7   | 75          | 19.944             |
| Invalidez | 17  | 65          | 19.988             |
| Viuvez    | 16  | 64          | 7.512              |
| Total     | 40  | 66          | 14.990             |

**Activos** Unidade: euros

|                                      | N.º | Idade média | Antiguidade média | Salário médio anual |
|--------------------------------------|-----|-------------|-------------------|---------------------|
| Idades < 65 anos                     | 64  | 48          | 23                | 21.399              |
| Idades >= 65 anos                    | 1   | 66          | 29                | 21.788              |
| Participantes c/ direitos adquiridos | 10  | 51          | 10                | 18.470              |
| Total                                | 75  | 48          | 23                | 21.405              |

**É UMA EMPRESA LÍDER, QUE DESENVOLVE A SUA ACTIVIDADE NAS ÁREAS DA PUBLICIDADE, MARKETING E COMUNICAÇÃO. ESPECIALIZADA EM BRINDES PUBLICITÁRIOS E MERCHANDISING, DESDE 2001.**

- T-SHIRTS
- BONÉS
- PORTA-CHAVES
- TROFÉUS
- PINS
- MEDALHAS
- GALHARDETES
- TELAS
- ROLL UP'S
- ESFEROGRÁFICAS...

**Mais de 20.000 artigos**

**SOLICITE OS NOSSOS CATÁLOGOS**

**21 493 5817**

**info@effect.com.pt | www.effect.com.pt**

Um parceiro do SBSI

Crise económica e regras de Basileia III prejudicam Fundos de Pensões

## Planos de Contribuição Definida poderão ser solução

A crise que eclodiu em 2007 deixou bem evidentes as fragilidades de um sistema com défice de regulação e supervisão. As medidas tomadas desde então continuam sem afastar garantidamente os perigos de um novo colapso, mas algumas das regras previstas em nome da transparência obrigam a mudanças com impactos no sector financeiro e na economia em geral. É o caso das medidas propostas nos Acordos de Basileia III, especialmente no que diz respeito à exigência do aumento de capitais próprios dos Bancos – com consequências nos Fundos de Pensões

TEXTO: INÊS F. NETO



As medidas propostas no âmbito de Basileia III têm implícito um aumento dos capitais próprios dos Bancos para fazer face aos riscos assumidos no Balanço – o que tem implicações nas responsabilidades dos Bancos com os Fundos de Pensões de Benefício Definido dos trabalhadores bancários. Para poder analisar com toda a profundidade e tomar decisões fundamentadas quando a isso for chamado, o SBSI pediu um parecer sobre a matéria a Carlos Pereira da Silva, professor catedrático e responsável do Centro de Investigação sobre Economia Financeira (CIEF) do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/Universidade Técnica de Lisboa).

A “Revista Febase” publica uma síntese do estudo produzido pelo CIEF.

As regras contabilísticas mais exigentes previstas em Basileia III propõem que os défices dos Fundos de Pensões de Benefício Definido dos Bancários sejam deduzidos aos capitais próprios dos Bancos. Esta sugestão po-

derá debilitar bastante as Instituições que ainda têm elevadas responsabilidades com pensões, quer ao nível dos pensionistas, quer do esforço de financiamento que é necessário realizar todos os anos com os trabalhadores no activo, abrangidos ainda pelos Planos de Benefício Definido.

Carlos Pereira da Silva considera que o caso português é um dos que serão mais afectados e defende que uma via de solução passa pela mudança dos Planos de Benefício Definido para Contribuição Definida, levando em consideração os interesses de todas as partes envolvidas: patrocinadores (accionistas) e beneficiários. Uma transformação já realizada noutras indústrias e experimentada também em Portugal, com alguns exemplos na Banca, como é o caso do Banif.

### Margem de diferencial

De acordo com a legislação em vigor, existe a possibilidade de se criar uma

margem de diferencial entre as responsabilidades estimadas em determinado momento, usualmente o final do ano (31 de Dezembro) e o valor do Fundo de Pensões à mesma data. Esta margem, denominada corredor, tem um valor máximo de 10%.

Na eventualidade de as responsabilidades excederem o valor do Fundo em mais de 10%, é então possível acordar com as entidades de supervisão um plano de amortização para o financiamento das responsabilidades, num prazo que não comprometa o pagamento das pensões futuras. Usualmente este prazo ronda os 10 anos, podendo ser gerido em função de cada situação específica.

Segundo algumas estimativas, no final de 2010 o valor dos Fundos de Pensões de Benefício Definido da Banca estaria compreendido entre os 5 e os 7% do PIB, ou seja, valores de elevado montante na economia nacional.

Durante os anos de 2007 e 2008 os mercados financeiros sofreram perdas

consistentes, atingindo também os Fundos de Pensões, que na grande maioria viu as suas carteiras de activos financeiros perder valor. O ano de 2009 foi manifestamente melhor que os dois anteriores, mas ainda assim não o suficiente para permitir recuperar as perdas.

### Perdas significativas

Ao mesmo tempo, também as taxas de juro sofreram um decréscimo na maior parte dos mercados desenvolvidos. E como os gestores dos Fundos de Pensões são bastantes avessos ao risco, o diferencial entre as responsabilidades dos Planos de Pensões e os Fundos que suportam estas responsabilidades têm vindo a aumentar.

Assim, nos últimos anos não só os Fundos de Pensões, globalmente, sofreram perdas, como a diminuição das taxas de juro técnicas que são usadas para descontar os passivos para as datas de avaliação foram reduzidas, aumentando assim o valor das responsabili-

dades. Deste modo, aumentou o valor das responsabilidades e diminuiu o valor dos Fundos, agravando o diferencial entre as responsabilidades e o Fundo – ou seja, entre o passivo e o activo.

Na edição de 19 de Fevereiro, o jornal Público noticiava que no final de 2008, já com o impacto negativo da instabilidade dos mercados, os Bancos portugueses registavam défices substanciais nos seus Fundos de Pensões. O BCP enfrentava um desvio actuarial de 1,6 mil milhões de euros; no BES a diferença era de 765 milhões, e no BPI de 271 milhões.

### Pressão sobre Bancos

Este agravamento do nível de solvência dos Fundos de Pensões, resul-

tante dos dois factores e em simultâneo, torna bastante difícil repor de imediato, e a contra-ciclo, os níveis de solvência exigidos legalmente aos Planos de Pensões.

Assim, a aplicação desta sugestão do Basileia III, ainda que faseada, irá impor uma enorme pressão sobre as necessidades de capital dos Bancos, que são os responsáveis únicos pela solvência dos Fundos.

A componente cíclica é bastante relevante. É normal os Bancos que gerem o património dos Fundos de Pensões fazerem uso destes montantes de capital elevado para adquirir participações minoritárias noutras agências financeiras, ou mesmo acções e dívida própria. Logo, num momento em que a ▶

## Basileia III: o que é

Após o eclodir da crise financeira em 2007, um grupo global de reguladores e Bancos Centrais designado Financial Stability Forum (hoje denominado Financial Stability Board, ou FSB) iniciou a produção de recomendações para uma reforma no enquadramento regulatório do sistema financeiro mundial, sendo as suas propostas regularmente suportadas pelos líderes do G20.

Após um primeiro pacote de medidas implementado em Julho de 2009, em 17 de Dezembro do mesmo ano o Comité de Supervisão Bancária de Basileia (Basel Committee on Banking Supervision, BCBS) produziu e publicou dois documentos de consulta (“Strengthening the Resilience of the Banking Sector” e “International Framework For Liquidity Risk Measurement, Standards and Monitoring”) onde apresenta um conjunto de propostas destinadas a reforçar a regulação global sobre capital e liquidez. Estes dois documentos configuram aquilo que hoje é apelidado genericamente por “Acordos de Basileia III”.

### Absorver choques

O pacote de reformas contido nestes dois documentos visa, em termos gerais, melhorar a capacidade do sector bancário para absorver choques decorrentes de condições extremas (de stress) na economia e nos mercados financeiros e reduzir o risco de propagação de crises do sector financeiro à economia real.

As propostas procuram colmatar as principais lacunas dos Acordos de Basileia II, como sejam as insuficiências nas definições de capital que comprometeram a disciplina de mercado e a solvência das instituições e a natureza pró-cíclica dos requisitos, o que contribuiu para amplificar os efeitos da crise financeira.

Procuram ainda promover um melhor equilíbrio entre a inovação financeira, a eficiência económica das instituições, e o crescimento sustentável da economia a longo prazo. Além disso, pretendem melhorar as práticas de gestão do risco e de governança corporativa, aumentar a transparência e reforçar a capacidade de intervenção das entidades de supervisão.

As propostas apresentadas compreendem medidas de regulação micro-prudenciais e medidas macro-prudenciais, abrangendo seis áreas e visando essencialmente:

- aumentar a qualidade, consistência e transparência da base de capital regulamentar;
- melhorar a cobertura de risco através do fortalecimento dos requisitos de capital para risco de crédito de contraparte;
- limitar a alavancagem excessiva das operações;
- reduzir a componente pró-cíclica dos requisitos de capital e promover a criação de reservas de capital contra-ciclo;
- reduzir o risco sistémico;
- introduzir níveis mínimos de liquidez.





esmagadora maioria da indústria financeira europeia viu o seu valor accionista diminuir e a obtenção de crédito, por qualquer processo, ser bastante mais cara que nos anos anteriores (existindo mesmo em alguns casos dificuldades no acesso ao crédito), o momento é o menos propício à afectação de grandes quantidades de capital a um património autónomo, como um Fundo de Pensões.

#### Impacto do muito longo prazo

Além do impacto negativo directo que a medida proposta pode ter na formação do capital próprio dos Bancos, existe ainda outro impacto que, apesar de indirecto, é também negativo. Este resulta da medida não considerar minimamente o carácter de muito longo prazo das responsabilidades com pensões.

A sugestão de Pereira da Silva passa por migrar os Planos de Benefício Definido para Contribuição Definida, levando em consideração os interesses de todas as partes envolvidas: patrocinadores (accionistas) e beneficiários

Por exemplo, para um colaborador com 45 anos ainda é expectável um período de 20 anos até à reforma e, se o Fundo for responsável pelo pagamento das pensões, então será expectável um acréscimo de mais 20 anos até à extinção das responsabilidades com este colaborador. Ou seja, um período de 40 anos, que para os colaboradores mais novos pode facilmente exceder o meio século.

É ainda de considerar que esta abordagem mais contabilística na utilização do diferencial entre a estimativa das responsabilidades com o Plano de Pensões e o valor do Fundo poderá introduzir uma elevada volatilidade nos requisitos de capital dos Bancos. Especialmente para os Bancos que têm montantes de responsabilidades elevadas, a introdução desta rubrica nos requisitos poderá, numa fase inicial, originar flutuações indesejáveis, aumentando o risco da gestão dos Bancos.

Outra questão a considerar refere-se às diferenças existentes no tratamento contabilístico dos Planos de Pensões, não só entre a Europa e os Estados Unidos da América, mas também entre os vários países europeus, o que poderá originar problemas de concorrência entre Bancos.

#### Medidas de protecção

Por questões de necessidade de capital ou pela volatilidade que aquela medida trará aos apuramentos de re-

quisitos de capital, alguns Bancos poderão iniciar um processo de redução da sua exposição aos custos e riscos inerentes aos Planos de Benefício Definido.

Os esquemas de Benefício Definido da Banca estão neste momento a atravessar um problema de desequilíbrio actuarial. Alguma contracção no sector verificada nos últimos anos fez com que a redução na contratação de novos colaboradores não permitisse compensar os colaboradores que iniciaram as suas pensões de velhice, ou seja, alguns Planos têm neste momento mais pensionistas do que colaboradores no activo, originando um problema do tipo do existente no sistema de repartição, pois os défices existentes terão de ser financiados pelos colaboradores no activo, que sendo menos ficam obrigados a um esforço maior.

Diversos Bancos migraram os seus Planos de Benefício Definido para Contribuição Definida. Como os Planos de Contribuição Definida não originam responsabilidades actuariais, não são enquadrados por esta proposta. Por outro lado, também o acordo de 2008 faz com que os novos bancários fiquem já abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

#### Modificar Planos para Contribuição Definida

A exemplo do que foi já feito noutras indústrias e experimentado também em Portugal – com alguns exemplos na Banca –, a sugestão de Pereira da Silva passa por migrar os Planos de Benefício Definido para Contribuição Definida, levando em consideração os interesses de todas as partes envolvidas: patrocinadores (accionistas) e beneficiários.

Esta migração, que deverá ser analisada casuisticamente, deve ser arquitectada defendendo os interesses de longo prazo, da instituição patrocinadora e dos colaboradores, assim como a noção de direito adquirido que, muitas vezes não formalmente mas moralmente, é inerente a um Plano de Benefício Definido.

Em particular, estes Planos de Contribuição Definida deverão ser planeados, considerando já os descontos para o Regime Geral da Segurança Social dos colaboradores mais novos nas Instituições bancárias. Devem também relacionar as contribuições para as contas individuais em função de objectivos e medidas de produtividade, alinhando os interesses da Instituição com os dos colaboradores. ■

## Impactos macroeconómicos, financeiros e sobre a economia bancária

# Aumentar capital ou modificar modelo de negócio?



As propostas apresentadas no âmbito de Basileia III terão, se forem implementadas, impactos muito significativos no sector financeiro e na economia em geral. A Banca poderá mesmo ter de fazer opções de fundo quanto ao seu próprio negócio

O efeito combinado das novas propostas apresentadas pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) para discussão ao nível da definição e requisitos de qualidade do capital regulamentar é muito significativo, considera Carlos Pereira da Silva, professor catedrático e responsável do Centro de Investigação sobre Economia Financeira (CIEF) do Instituto

Superior de Economia e Gestão (ISEG/Universidade Técnica de Lisboa).

Com particular destaque, adianta o parecer elaborado para o SBSI, para a exclusão das formas híbridas de capital e a para introdução de significativos ajustamentos regulamentares (por exemplo, os défices de Fundos de Pensões) do cálculo dos novos rácios de capital, do aumento das cargas de risco para carteiras de negociação e para participações em Instituições financeiras, dos novos requisitos de liquidez e do rácio de alavancagem sobre as necessidades de capital e de liquidez da indústria bancária.

Uma primeira estimativa foi realizada pela European Banking Federation no final de 2009, usando uma amostra de 70 Bancos de 14 países, que representavam 88% do total dos activos na União Europeia e aproximadamente 46% da quota de mercado. Segundo essa previsão, serão necessários 559 biliões de euros de capital adicional, um valor que

corresponde a um acréscimo de 40 a 50% face aos actuais níveis de Capital Tier 1. Adicionalmente, estima-se que a indústria como um todo seria forçada a deter um adicional de cerca de 2 triliões de euros em activos de elevada liquidez e entre 3,5 a 5,5 triliões em “funding” de longo prazo.

Por outro lado, as propostas de Basileia III reduzirão significativamente a rentabilidade por acção (ROE) dos bancos, o que, num contexto em que a indústria se verá obrigada a captar enormes quantias de capital, pode significar uma diminuição assinalável da capacidade de financiamento da economia e o surgimento de novas crises sistémicas no sector. Com efeito, a obrigatoriedade de apresentar maiores rácios de capital obrigará os Bancos a aumentar os níveis de capital, ao mesmo tempo que o cumprimento dos novos rácios de liquidez de curto e longo prazo induzirá a uma redução das margens de lucro das Instituições. ►



## ► Mudanças impõem-se

Para cumprir os novos requisitos de capital e de financiamento, os Bancos terão de tomar opções.

Nesse sentido, os Bancos podem, entre outras alternativas, ter de efectuar aumentos de capital, aumentar a proporção dos lucros retidos alterando a política de dividendos, promover alterações ao nível da estrutura do seu balanço, promover mudanças no seu modelo de negócio (por exemplo, reduzindo o nível de alavancagem das operações) e reestruturar e/ou abandonar as linhas de negócio mais afectadas pelas novas exigências.

A composição e os pesos atribuídos às diferentes fontes de “funding” no cálculo dos rácios de liquidez podem induzir mudanças significativas na estrutura de financiamento das Instituições, com alterações nos modelos de negócio, incentivos à detenção de determinados activos, diminuição ou cessação da oferta de alguns serviços importantes para clientes de retalho e institucionais, gerar distorções de preços.

No entanto, antecipa-se que uma larga fatia dos impactos ao nível das necessidades de capital e de liquidez

não seja passível de mitigação, pelo que o efeito final das propostas é claro: o custo do capital tenderá a aumentar, forçando as Instituições a ajustar os seus preços e a reflectir esse custo adicional nas taxas de juro praticadas aos seus clientes e/ou a reduzir os volumes de crédito concedido.

Em termos macroeconómicos, a redução da oferta de crédito à economia contribuirá negativamente para estimular as despesas de consumo e de investimento e o crédito às actividades de comércio internacional, com impactos negativos significativos no emprego e no crescimento económico.

Na actual conjuntura, as propostas do BCBS traduzem um claro conflito (“trade-off”) entre as exigências de solvência das Instituições e a capacidade destas para conceder crédito, financiar a economia e estimular a recuperação do crescimento económico.

É que, nunca é de mais lembrar, a actual conjuntura caracteriza-se por um crescimento económico frágil e não sustentado; inflação baixa e níveis estruturais de desemprego elevados; sustentabilidade das finanças públicas ameaçada, com o consequente efeito de expulsão (“crowding-out”) do investimento privado; continuada des-



## Risco de efeitos perversos

Os novos requisitos de liquidez exigidos pelas regras dos Acordos de Basileia III podem aumentar o risco de discriminação no acesso ao financiamento nos mercados interbancários, uma vez que aumentam o custo do capital, penalizando sobretudo as instituições de menor dimensão, que poderão ser forçadas a deixar o mercado.

A importância atribuída pelas novas regras dos rácios de liquidez aos depósitos estáveis captados na rede de retalho enquanto fonte de “funding” pode desencadear uma “guerra” pela captação de depósitos, aumentando as taxas de juro passivas e encorajando os depositantes a serem mais sensíveis às taxas de juro e a transferirem frequentemente as suas aplicações entre Bancos.

Por argumentos similares, a procura por parte dos Bancos de títulos de dívida emitidos por empresas privadas pode diminuir (ou aumentar a taxa de juro exigida), restringindo o acesso destas a uma importante fonte de financiamento dos investimentos. Uma das consequências indesejáveis da limitação do acesso das empresas ao crédito bancário pode ser o redireccionamento da procura de financiamento para um sistema bancário sombra, não sujeito ao enquadramento regulatório das Instituições de crédito.

As administrações das Instituições financeiras são obrigadas a balancear os interesses de vários stakeholders (reguladores, accionistas, agências de “rating”, colaboradores, entidades ges-

toras de mercados regulados) na gestão do capital e da sua política de distribuição de dividendos.

As políticas de conservação do capital que integram as propostas do BCBS limitam a política de dividendos das Instituições, uma das variáveis-chave na relação entre o Banco e os mercados accionistas (os fornecedores últimos de capital regulamentar), política esta que sinaliza muitas vezes as perspectivas quanto ao desenvolvimento futuro da Instituição.

Cortes nos dividendos ou no crescimento dos dividendos impostos pelos “buffers” de capital podem induzir uma queda na cotação das acções, uma crescente dificuldade na captação de investidores em operações de aumento de capital ou de emissão de dívida e uma diminuição relativa da atractividade do sector bancário em comparação com outros sectores de actividade. Estas propostas representam igualmente uma extensão dos poderes dos reguladores.

A maiorias das propostas apresentadas pelo BCBS são detalhadas e prescritivas, criando um incentivo para que os Bancos usem métodos mais simples e estandardizados para medir o risco e o capital regulamentar.

As entidades reguladoras terão um aumento considerável do seu poder e, ao mesmo tempo, da quantidade de dados e informação para tratar e interpretar. Para garantir que os supervisores são capazes de desempenhar adequadamente a sua função e com custos reduzidos, é necessário que estes sejam dotados de recursos humanos e materiais adequados e qualificados.

confiança do sector financeiro face às finanças públicas de muitos países (como Grécia e Portugal); expectativas de redução na rentabilidade do sistema bancário, devido aos custos de financiamento acrescidos e ao necessário processo de desalavancagem financeira da economia.

## Modelos de negócios com impactos diferentes

Ao nível dos diferentes modelos de negócio existentes na indústria bancária, as propostas do BCBS terão impactos diferenciados sobre a Banca de retalho, sobre a Banca corporativa ou sobre a Banca de investimento.

Ao nível da Banca de retalho, os efeitos esperados aparentam ser limitados, com excepção dos empréstimos de curto prazo que serão afectados pelos novos rácios de liquidez. Com volumes de depósitos estáveis e significativos, a Banca de retalho será pouco afectada pelos custos acrescidos das necessidades de liquidez, mas a sua capacidade é menor para responder às modificações (através da alteração dos preços, da redução de custos ou de mudanças na composição do negócio).

Já na Banca corporativa, as novas regras de liquidez – que reforçam a ligação entre os depósitos e o crédito, e o aumento das cargas de capital por risco de crédito – forçarão a redução da exposição dos Bancos ao sector corporativo, com especial impacto ao nível da disponibilidade de crédito para as PME's. As regras de liquidez fornecem ainda um incentivo para que os Bancos concentrem as suas actividades em clientes com os quais mantêm uma relação operacional, que favoreça a recolha de depósitos.

O segmento da Banca de investimento será o mais afectado pelas novas regras de Basileia III, em particular as alterações relativas às cargas de capital para carteiras de negociação e risco de crédito, operações de titularização e de derivados OTC e o rácio de alavancagem.

Para muitos Bancos, o rácio de alavancagem tornar-se-á a variável mais limitativa das propostas, podendo induzir um processo de desalavancagem das operações com consequências macroeconómicas significativas.

## Sector segurador desincentivado

As novas regras de Basileia penalizarão fortemente o modelo de “Bancassurance”, um modelo que apresenta benefícios claros em termos estratégicos e em termos de gestão de risco, uma vez que combina riscos não correlacionados e anti-cíclicos, assegura uma complementaridade de balanços (com benefícios claros em termos de “matching” de maturidades) e promove a fidelização dos clientes (através da venda cruzada [“cross-selling”] de produtos), contribuindo igualmente para estabilizar a base de depósitos e aumentar a informação sobre os clientes.

Com efeito, as propostas do BCBS desincentivarão o investimento no sector segurador: dedução das participações não consolidadas em Instituições financeiras e companhias de seguros no cálculo dos requisitos de capital Tier 1; e penalização dos riscos associados aos investimentos realizados pelas companhias de seguros combinada com as novas regras propostas no âmbito do projecto Solvência II (por exemplo, avaliação das responsabilidades a valores de mercado, penalizações para investimentos em acções e obrigações de empresas privadas).

A obrigatoriedade de todas as Instituições cumprirem os novos requisitos de liquidez pode levar a respostas simi-

lares por parte das diferentes Instituições, de forma a cumprir as novas exigências.

Por outro lado, como nalgumas geografias e países a dívida soberana apresenta um elevado risco de incumprimento, o aumento da exposição ao risco de dívida soberana induzido pelas propostas pode, num evento de incumprimento, desencadear uma crise sistémica. ■

## Dicionário básico

Buffers – criação de reservas de capital.

Cross-selling – também designado venda cruzada, é a venda de produtos e/ou serviços complementares. Não se trata apenas de uma técnica de vendas, constitui também uma forma de fidelização do cliente.

Funding – custos de financiamento de uma empresa. São os custos que uma empresa tem de suportar em resultado do seu endividamento ou passivo remunerado.

Mercado de balcão (OTC – Over The Counter) – mercado aberto para títulos não cotados em bolsa, permitindo às empresas de menor dimensão a transacção dos seus títulos a custos substancialmente inferiores. Diz-se que um título foi transaccionado no mercado de balcão quando é transaccionado fora da bolsa de valores. Não é, portanto, um mercado organizado onde se faz o encontro entre a procura e a oferta, mas sim um conjunto de encontros particulares. É um mercado virtual, dado que todas as transacções são feitas apenas por telefone ou informaticamente.

Planos de Pensões de Benefício Definido – são Planos financiados em capitalização, ou seja, as responsabilidades constantes no Contrato Constitutivo; Velhice, Invalidez, etc. são financiadas antecipadamente.

Planos de Pensões de Contribuição Definida – estes Planos não originam responsabilidades actuariais, logo não são enquadrados na proposta de Basileia III.

Pilares – Pilar 1, Requisitos mínimos de fundos próprios; Pilar 2, Processo de supervisão; Pilar 3, Disciplina de mercado.

Rácio de Alavancagem – rácio entre os activos não ponderados pelo risco e o capital do Banco.

Tier – Basileia III estrutura a base de capital em apenas dois níveis (Tier 1 e Tier 2), explicitando que a componente Tier 1 se refere à parcela do capital imediatamente disponível para absorver perdas numa base de “continuidade das operações” e deve ser constituída maioritariamente pelos fundos próprios de base (capital social realizado e reservas); a componente Tier 2 refere-se à parcela destinada a colmatar perdas numa situação de insolvência.



## Falsos recibos verdes e despedimento ilícito

# Banco condenado a reintegrar e a respeitar antiguidade com todos os direitos

**E**ra jovem e queria trabalhar, como era e é seu direito e condição de sobrevivência e realização pessoal<sup>1</sup>. Encontrou trabalho através duma empresa de trabalho temporário e foi desde logo trabalhar para um Banco (que, como depois descobriria, era o dono daquela empresa). Passou a exercer funções lado a lado com outros bancários, mas sem os direitos e regalias destes.

Terminado o prazo do contrato de trabalho temporário a termo certo<sup>2</sup>, o Banco formulou o convite para que continuasse ao serviço, mas “a recibos verdes”, com um contrato de “prestação de serviços”. Sem remédio, pois a alternativa seria o desemprego, lá teve de ir à Loja do Cidadão para se colectar e continuar a trabalhar “por conta própria”, emitindo “recibos verdes”. Continuou nas mesmas funções, obedecendo às mesmas hierarquias, usando as mesmas instalações e instrumentos de trabalho, praticando o mesmo horário! E agora ainda com menos direitos: sem benefícios da Segurança Social, sem subsídios de férias e de Natal, com a retribuição mensal de 500 líquidos (após retenção de IRS)! E continuava sem SAMS e sem todas as restantes regalias do ACT.

Graças à intermediação do seu superior hierárquico imediato e dado o bom desempenho e brio profissionais, o Banco, após dois anos (!), lá acedeu à admissão por contrato de trabalho por um ano, com o fundamento forjado de “reestruturação e acréscimo temporário de trabalho”. Foi assim finalmente adquirido o estatuto (ainda que a prazo) de trabalhador bancário.

Porém, passadas as duas renovações permitidas na lei para os verdadeiros contratos a termo<sup>3</sup>, o Banco, por simples carta de duas linhas, comunicou o despedimento, insensível a que, em boa verdade, a relação de trabalho já durava há seis anos (incluindo o período inicial em regime de trabalho temporário).



Texto: GOUVEIA COELHO\*

Com a amargura de tamanha injustiça, a vítima do despedimento pediu socorro ao Contencioso do SBN. Vencidos o desânimo e a timidez iniciais, aceitou o conselho de apresentar o caso em tribunal. O Banco lá esgrimiou até à exaustão argumentos tendentes a justificar a vergonhosa exploração e o despedimento sem justa causa.

Da vivacidade da audiência de julgamento realça-se o depoimento escorreito e desinibido<sup>4</sup> de bancários do mesmo local de trabalho. Foi feita justiça: o Banco foi condenado a reconhecer a existência dum verdadeiro contrato individual de trabalho desde o início dos recibos verdes e foi condenado a reconhecer a nulidade da cláusula do contrato a termo, ficando obrigado à reintegração e a pagar as retribuições de acordo com o ACT, desde o início, levando em conta toda a antiguidade para efeitos de promoção na carreira (nível salarial, diuturnidades, prémio de antiguidade e regalias sociais).

E não podia ser de outro modo, pois eram falsos os “recibos verdes”, que apenas visaram esconder um verdadeiro contrato de trabalho e sonegar os inerentes direitos. Tal como foi fraudulento o recurso ao contrato a termo, com um fundamento falso.

No verdadeiro contrato de prestação de serviços, a pessoa obriga-se a proporcionar à outra um certo resultado do seu trabalho, com ou sem retribuição<sup>5</sup>. Quem, mediante retribuição, presta a sua actividade a outra ou outras pessoas, no âmbito de organização ou autoridade destas, está vinculado por contrato de trabalho, sujeito ao regime do Código do Trabalho e, em especial, aos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, bem como aos usos laborais. A lei determina que se presume o contrato de trabalho sempre que ocorram pelo menos algumas das seguintes características: que o local de trabalho e/ou os equipamentos e instrumentos de trabalho pertençam à entidade patronal; que o trabalhador esteja sujeito a horas determinadas de início e termo da actividade; que seja paga uma quantia certa em função de determinada periodicidade; que o trabalhador desempenhe funções de direcção ou chefia<sup>6</sup>.

No caso em análise, é óbvia a existência, desde o início, dum verdadeiro contrato de trabalho, devendo o Banco a cumprir integralmente as normas do Código do Trabalho, bem como as cláusulas do ACT para o sector bancário, além de assegurar outras regalias eventualmente em uso no Banco. ■

\*Advogado do SBN

1. Sobre o direito ao trabalho à realização pessoal pelo trabalho cf. Art. 58.º/1 e 59.º, maxime n. 1-a in fine, e 1-b, da Constituição da República Portuguesa, e Art. 23.º/1-3 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10.12.1948.

2. Cf. Art. 180.º/1 e 182.º/1 a 3 do Código do Trabalho de 2009.

3. Dado o fundamento invocado, o contrato não poderia durar mais de três anos (Art. 148.º/1-c do Código do Trabalho).

4. O que é de realçar pois, infelizmente, nem sempre acontece assim. Frequentes vezes o bancário demandante em tribunal depara-se com a recusa de outros bancários em depor ou, o que é ainda mais censurável, com depoimentos sem imparcialidade prestados por outros bancários, que mais parecem próprios de agentes promotores ou interessados na acusação e na condenação de colegas de trabalho.

5. Vd. Art. 1154.º do Código Civil.

6. Cf. Arts. 1.º, 11.º e 12.º do Código do Trabalho de 2009.

CONCURSO FOTO STAS SBSI 2010

FOTOGRAFIAS APURADAS NO MÊS DE AGOSTO

TEMA LIVRE - STAS



Pastagem  
João Bruno



Pipas  
Luís Silva



Vaso Flutuante  
João Bruno

COISAS E GENTES DA MINHA TERRA - STAS



Jardim de Viana  
José Allegro



Graça  
João Sales



Bom tempo no canal  
Luís Silva

TEMA LIVRE - SBSI



Destino Oriente  
João Amaro



Louva-a-Deus  
Jorge Conceição



PDS  
José Barreiro

COISAS E GENTES DA MINHA TERRA - SBSI



Mourisca ao entardecer  
Cristina Mestre



Regresso do mercado  
José Barreiro



Mourisca transborda beleza  
José Canelas

Veja toda a informação em: [www.foto-stas-sbsi.blogspot.com](http://www.foto-stas-sbsi.blogspot.com)







## Cruzeiro da Febase à Madeira

# Solidariedade resiste ao balanço do mar

O saldo da primeira actividade de lazer promovida pela Febase e abrangendo os associados de todos os seus sindicatos foi muito positivo, cumprindo os objectivos a que se propôs. Cerca de três centenas e meia de pessoas participaram no cruzeiro solidário ao Funchal

Texto: **INÉS F. NETO**

**O** início não foi auspicioso, e muitos chegaram a temer pelo sucesso de uns merecidos dias de descanso. Pouco depois da saída da barra, com Lisboa em pano de fundo, o mar mostrou a sua força e no primeiro jantar a bordo as caras enjoadas à mesa eram tantas quantos os vaivéns de pratos e talheres. Mas felizmente a “má onda” passou e rapidamente a boa disposição tomou conta das cerca de três centenas e meia de passageiros do pacote Funchal, que com os associados da Febase a bordo fez o seu último cruzeiro antes de uma paragem para remodelações. Curiosamente, esta viagem marcou também o regresso do navio à Madeira, em cujo cais da



para alegrar o ambiente, os espectáculos de música e dança transformaram os serões a bordo verdadeiros momentos de boa disposição. Aos mais noctívagos

## Um vislumbre do paraíso

Destaque ainda para as várias excursões realizadas no dia passado em terra, que permitiram aos associados da Febase vislumbrar o que tem estado a ser feito para recuperar a ilha do forte temporal de Fevereiro – e que, afinal, foi o motivo principal da realização do cruzeiro.

Os percursos propostos foram vários, possibilitando assim a dispersão dos passageiros pelos quatro cantos da Madeira e a reunião de um conjunto alargado de pontos de vista.

O que cada um observou e como julgou o que viu esteve em destaque ao longo do jantar dessa noite, com os convivas a desfiarem a sua experiência... e a descreverem as lembranças adquiridas.

“capital” não atracava há já vários anos. Os restantes dias do “Cruzeiro solidário ao Funchal”, que se realizou de 12 a 16 de Setembro, ficaram marcados pelo clima aprazível, que permitiu passar horas na piscina ou nas espreguiçadeiras, em agradável camaradagem, ou participando numa das muitas actividades organizadas pelo “staff” do pacote.

Também as noites ficarão na memória dos associados da Febase. Além do convívio mais intimista durante os jantares, na sua maioria com sugestão de traje

não faltou programa, do arraial à portuguesa à música para dançar, ou actuações ao vivo dos artistas residentes.

### Muito positivo

“Fazemos um balanço muito positivo do cruzeiro, que simboliza a primeira viagem organizada pela Febase e dedicada simultaneamente aos sócios e familiares de todos os seus sindicatos”, concluiu António Fonseca, da Direcção do SBSI, que foi um dos organizadores da iniciativa.

“Os objectivos a que nos propusemos foram atingidos: proporcionar um amplo convívio entre os associados da Febase e contribuir com a nossa solidariedade para a recuperação da Madeira”, acrescentou o dirigente, recordando o apelo das autoridades aos portugueses para que fizessem férias no arquipélago.

No entanto, e apesar do sucesso da iniciativa, os organizadores lamentaram o facto de só terem participado no cruzeiro associados dos Sindicatos dos Bancários, o que terá sido reflexo “da falta de tradição dos trabalhadores dos Seguros em acções desta natureza”, explicou Mendes Dias, outro dos dirigentes que levaram a cabo a realização do cruzeiro.

Já Rui Riso destacou o relevo que uma iniciativa deste género dá à Febase, recordando que “não é preciso andar na rua de 15 em 15 dias para que os sócios saibam que os Sindicatos existem”.

E aproveitando o facto de estar perante uma plateia de bancários, o presidente do Conselho de Gerência dos SAMS do SBSI fez o ponto de situação quanto à concretização do ambicionado projecto “SAMS Portugal”, que será comum aos três Sindicatos verticais do sector.

“Um projecto desta complexidade, face às assimetrias regionais e às diferentes velocidades a que evoluem os SAMS de cada Sindicato, tem um ritmo próprio, não tão rápido como todos desejaríamos”, explicou Rui Riso, acrescentando: “Estamos a fazer o caminho dando passos seguros, e no próximo ano ou no seguinte os SAMS Portugal serão uma realidade, como também já hoje o é a Febase.” ■

## Férias prolongadas

Perante um salão repleto de associados da Febase, os responsáveis sindicais pelo cruzeiro realizaram o anunciado sorteio, cujos prémios darão aos felizes contemplados a possibilidade de prolongar as férias por mais uns dias, pois trata-se da oferta de uma semana nos apartamentos do SBSI no Algarve.

Os vencedores foram:

- Avelino Figueiredo (SBC)
- José Pedro (SBSI)
- Carolino Guimarães (SBN)
- Maria Graciete Ribeiro (SBSI)
- Roque Dinis (SBN)

## Manifestação da CES em Bruxelas

# Austeridade sem esperança

Com este título, o diário belga “Le Soir” abria o seu editorial sobre a manifestação que a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) realizou, no passado dia 29, nas ruas de Bruxelas, e que reuniu mais de 100 mil pessoas, em representação de centrais sindicais de quase trinta países europeus – entre elas a UGT portuguesa – e que constituiu uma forte manifestação de protesto contra as medidas de austeridade que vários governos europeus impuseram nos últimos dias

**F**oram cem mil vozes contra a austeridade, na maior manifestação realizada em Bruxelas nos últimos nove anos. Cem mil que ali representavam os milhões de trabalhadores europeus que sabem que, num futuro bem próximo, a sua pensão de reforma será reduzida, que os custos de saúde serão mais caros e que terão de trabalhar mais para ganhar menos, como já acontece na Alemanha e na Holanda.

No seu apelo à participação na manifestação da capital belga, a CES dizia ser necessário ouvir a voz dos trabalhadores, que não devem ser sacrificados em nome da austeridade, e questionar os responsáveis europeus pelo emprego e o crescimento.

John Monks, o Secretário-Geral da CES, declarou que os “trabalhadores estão na rua com uma mensagem clara para os responsáveis europeus: ainda é tempo de mudar de orientação e não fazer a escolha da austeridade. Em lugar de se precipitarem a combater o défice, adoptando medidas drásticas de austeridade, orientem a despesa pública para o investimento, para o investimento no emprego dos jovens, particularmente afectados pelo desemprego e pela precariedade, para políticas industriais, na economia verde, que contribuam para um crescimento duradouro”.

Esta mensagem, bem como a exigência da criação de uma taxa europeia sobre transacções, para reunir fundos destinados a financiar as medidas de relançamento económico e para fazer face às actividades puramente especulativas, foram transmi-



tidas, no final da manifestação, ao Presidente do Conselho da União Europeia, e a Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia.

Antes, nas ruas, os manifestantes deixaram bem clara a sua preocupação, face à deterioração da situação económica e social, que se traduz num aumento da desigualdade e da precariedade, com o risco de serem agravadas com as medidas de austeridade dos governos europeus.

No final da manifestação de Bruxelas, John Monks não hesitou em declarar que aquela jornada foi “um grande êxito para os trabalhadores europeus e um claro sinal para os dirigentes europeus, que não podem escutar somente os mercados sem poderem ouvir a cólera e a preocupação dos trabalhadores”.

### Protesto em toda a Europa

Idênticas manifestações de protesto tiveram lugar em vários países europeus, nomeadamente nas ruas de Lisboa e do Porto mas também em Itália, França, Lituânia, Alemanha, Letónia, Chipre, Sérvia, Polónia, Finlândia e Irlanda. Mas, dias antes, também se realizaram manifestações de protesto em Bucareste e em Praga, ambas com dezenas de milhares de trabalhadores, tal como viria a ocorrer nas manifestações realizadas no nosso País.

### Greve geral em Espanha e em França

Coincidindo com a manifestação de Bruxelas, em Espanha teve lugar uma greve geral, convocada pelas duas maiores centrais sindicais – UGT e Comisiones Obreras (CC.OO) – que terão sido seguidas por 1,7 milhões de trabalhadores e que paralisaram a vida nas principais cidades.

Cândido Méndez, o Secretário-Geral da UGT de Espanha, afirmou que “a greve geral passou a barreira do som e vai produzir um maior interesse da opinião pública espanhola, para saber de verdade onde leva a

política do governo, um governo que terá agora maior dificuldade em impor as suas políticas, porque conseguimos que a população esteja agora mais avisada”, acrescentando que “a lógica da reforma laboral é uma discrepância de fundo, porque está ao serviço das directrizes do FMI ou da evolução dos mercados, que é como tentar atirar um pedaço de carne a um tubarão faminto”.

Em França, a greve geral teve lugar no dia 23 e foi centrada na recusa das oito centrais sindicais convocantes à alteração da idade de reforma, dos 60 para os 62 anos.

Depois da forte mobilização dos trabalhadores, as centrais consideram que isso serviu de ensaio para mais fortes acções no futuro, sobretudo se o governo de Sarkozy mantiver a recusa em dialogar com os Sindicatos.

### FMI: redução da despesa tem impacto negativo

Por outro lado, o relatório apresentado pelo FMI na sua cimeira de Outono, em Washington, não esconde que a redução da despesa, anunciada por alguns países europeus, como Portugal e Espanha, terá um impacto negativo, tanto na actividade económica como no mercado de trabalho.

De acordo com os modelos de cálculo que utiliza o FMI, a partir da experiência dos últimos trinta anos, uma redução do défice público equivalente a um ponto percentual do PIB costuma ter um impacto negativo no crescimento de 0,5%. E quando se reduz a a despesa pública, também aumenta o desemprego, em cerca de 0,3%.

Sobre a dúvida quanto à redução da despesa ou à subida de impostos, o FMI explica que os países que optam pela primeira hipótese sofrem menos contracção, acrescentando que ainda que o impacto na economia e no emprego só costuma notar-se nos dois anos posteriores à redução da despesa, a longo prazo essa medida serve para estimular o crescimento. ■



## A guerra dos sexos

# Igualdade de oportunidades entre géneros: realidade ou ilusão?

A crescente qualificação escolar, a ambição por uma carreira profissional que traduza o investimento e o empenho académico e, simultaneamente, que permita a sua emancipação económica, são factores que explicam, em parte, a crescente e elevada participação das mulheres portuguesas no mercado de trabalho nos últimos anos.

Por outro lado, a realidade dos baixos salários, para um custo de vida elevado, desde cedo conferiu também à Mulher um papel importante de participação na economia familiar e, portanto, a sua integração no mercado de trabalho.

No panorama global, as mulheres no mercado de trabalho são detentoras de mais qualificações e habilitações, comparativamente com os homens, mas são as que detêm simultaneamente categorias e salários mais baixos.

Não obstante o princípio da igualdade entre homens e mulheres estar consagrado na Constituição e no Código do Trabalho, infelizmente continuam a persistir factores de discriminação nas mulheres, claramente evidenciados quando analisamos ao pormenor a participação masculina e feminina no mercado de trabalho.

Trata-se de factores de discriminação no acesso ao emprego e aos postos de maior responsabilidade, salários mais baixos, precariedade do vínculo contratual, desvalorização do trabalho feminino, entre outros.

Com efeito, a Constituição da República Portuguesa consagra, no Artigo 58.º, que cabe ao Estado assegurar o direito ao trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e condições para que não seja vedado ou limitado, em função do sexo, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais.

Em termos legais, o Artigo 24.º do Código do Trabalho em vigor, estipula que:

*“O trabalhador ou candidato a emprego tem direito a igualdade de oportunidades e de tratamento no que se refere ao acesso ao emprego, à formação e promoção ou carreira profissionais e às condições de trabalho, não podendo ser privilegiado, beneficiado,*

*prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, devendo o Estado promover a igualdade de acesso a tais direitos.”*

### A realidade do sector segurador

Mas será esta a realidade que vemos nas empresas?

Existirá ou não discriminação entre os géneros?

Que panorama se vive no sector segurador actualmente?

Debrucemo-nos então sobre a Actividade Seguradora em Portugal.

Para efeitos do estudo que em seguida revelaremos, utilizámos os dados fornecidos e publicados pelo Instituto Seguros de Portugal (ISP), de 2006 até ao 1.º trimestre de 2010, relativamente ao pessoal da actividade. Foram considerados os trabalhadores e os técnicos no activo a tempo inteiro.

Num sector cada vez mais jovem e feminino, como o é o sector financeiro, será que se pode falar de discriminação de oportunidades entre os géneros?

Analisando aqueles dados estatísticos do ISP, ao pormenor, sobre o pessoal da Actividade Seguradora em Portugal, constatamos uma realidade que não se coaduna com a afirmação referida.

Senão, vejamos: em 2010 trabalham no sector segurador cerca de 11.024 trabalhadores no activo a tempo inteiro, sendo que, desses, 5.254 são mulheres, o que corresponde a 48% de representação feminina. Os homens perfazem 52% do total dos trabalhadores no activo a tempo inteiro.

Há de facto, uma forte aproximação entre os géneros nos Seguros, uma aproximação que, ao longo dos últimos anos, tem vindo a intensificar-se.

Desde 2006 até ao presente, verifica-se que a tendência da percentagem feminina no total de trabalhadores na Actividade Seguradora, tem vindo a aumentar em relação ao número de homens.

No geral, o número de mulheres tem vindo a crescer em detrimento do número de homens, pelo que, em termos de representatividade, as mulheres têm vindo a ganhar terreno. Em 2006 tínhamos 6.413 homens no activo e 5.223 mulheres. Em 2010 (Março), temos 5.770 homens e 5.254 mulheres.

Mas, apesar desta notória feminização do sector segurador, o que dizer da integração das mulheres nos quadros das

### Trabalhadores no activo a tempo inteiro em 2010



Texto: PATRÍCIA CAIXINHA



empresas? Será que estamos igualmente perante uma distribuição equitativa de géneros pelos diversos níveis e categorias salariais?

As maiores diferenças encontradas entre géneros situam-se nos níveis/categorias de topo: nível XVI (251 homens e 62 mulheres); nível XV (434 homens e 194 mulheres); e nível XIV (765 homens e 429 mulheres).

Do nível XVI ao nível XI, o número de homens é superior ao das mulheres. O que nos leva a concluir que, confirmando a realidade que já se conhece, os homens lideram o sector segurador, usufruindo de cargos e remunerações mais elevadas, quando comparados com as mulheres.

Estamos a falar de níveis cuja remuneração base oscila entre (dados da tabela salarial de 2009) os 2.279,69 e os 1.129,38 não estando aqui considerados os suplementos, margens livres e antiguidades.

Os níveis com maior concentração de trabalhadores são os níveis X (2.609 trabalhadores em 2010), XII (2.077), XI (1.998), IX (1.226) e XIV (1.194).

No nível X e IX, encontramos um número superior de mulheres no activo a tempo inteiro. De salientar que, até ao nível X, as promoções na carreira são automáticas, sendo que, a partir do nível X, as promoções serão por mérito ou reconhecimento. Este dado deixa muito por dizer.

De facto, do nível X para baixo, as mulheres predominam, encontrando-se a esmagadora maioria concentrada no nível IX (63% em 2010).

De referir ainda que é no nível IV que a diferença surge novamente realçada

(39% de homens e 61% de mulheres). Tal facto é explicável, em parte, por se incluírem aqui os estagiários que acabam de entrar nas companhias. Revela-se, assim, que a tendência é para se contratarem mais mulheres.

Em termos etários, é entre os 33 e os 41 anos que se concentram os trabalhadores dos seguros, sendo a idade de “37 anos” a que encontra maior número de trabalhadores em 2010, com 502 trabalhadores no activo, sendo que a mesma está equiparada entre homens e mulheres (50%).

Quando analisamos as admissões e as promoções, encontramos mais situações caricatas. Senão, vejamos:

Em 2010, temos 511 trabalhadores admitidos e 749 promovidos. Mas quando vemos em que níveis se encontram as promoções, constatamos que a maioria (237 promoções) encontra-se no nível IX, seguindo-se depois o nível X (122), XI (132) e XII (123).

Ora, até ao nível X, as promoções são automáticas consoante os anos de serviço, pelo que promoção, no verdadeiro sentido do termo, por mérito, só existe a partir do nível XI. Se compararmos com os dados estatísticos referidos anteriormente, vemos que a partir do nível XI – e até ao XVI – a percentagem de homens é significativamente superior. Que concluímos então? Que há, de facto, uma discrepância ao nível das promoções no que diz respeito à Mulher trabalhadora no sector segurador.

As conclusões que podemos tirar é que, não obstante os Seguros serem um sector jovem e feminino, ainda é dominado pelos homens.

Ainda vai levar algum tempo até a diferenciação em termos de categorias e salários entre homens e mulheres atingir uma maior igualdade.

Mas essa igualdade torna-se essencial numa sociedade dita democrática. É fundamental que o acesso e a participação no mercado de trabalho sejam idênticos para homens e para mulheres.

Actualmente o trabalho encontra-se estruturado em dois princípios organizativos claramente discriminatórios: o princípio da separação, que se traduz na existência de trabalhos e funções de homens e de mulheres; e o princípio da hierarquia, que se refere ao facto de um trabalho de homem valer mais do que um trabalho de mulher.

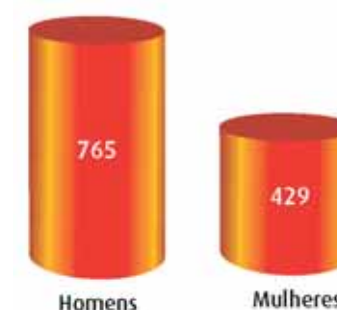
Razão pela qual as mulheres, ainda com mais qualificações e habilitações literárias, são elas que em termos de vínculos contratuais possuem mais contratos a termo. São elas que ainda não ocupam as profissões mais qualificadas. São elas que detêm remunerações

mais baixas e menores promoções e formações profissionais.

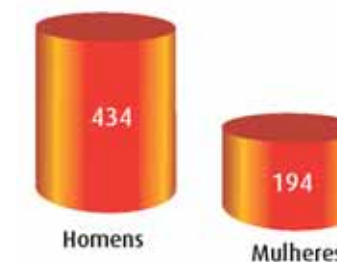
Por tudo isto é necessário agir. Há muito para fazer. E é aqui que os Sindicatos possuem um papel importante de combate à discriminação das mulheres no mercado de trabalho.

Hoje denunciámos. Amanhã procuramos negociar e sensibilizar junto das empresas, sobre matérias como a igualdade na selecção e recrutamento; a igualdade nas categorias, carreiras, promoções ou avaliação de desempenho; igual-

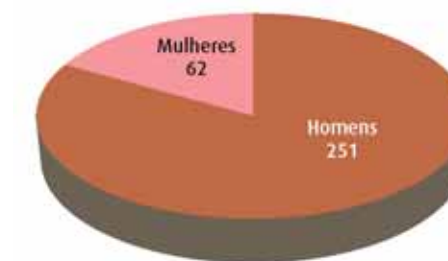
### Nível XIV



### Nível XV



### Nível XVI



dade no acesso a cargos de chefia; igualdade nas políticas salariais; regulação dos prémios de produtividade/assiduidade; igualdade na formação profissional; igualdade no vínculo de emprego.

Por um mercado de trabalho justo e equilibrado! Por uma igualdade de oportunidades para as mulheres! ■



## Conselho Geral reuniu-se em Lisboa

Textos: **PATRICIA CAIXINHA**



Uma reunião extraordinária do Conselho Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora, decorreu em 16 de Setembro, no Salão Nobre da Sede do Sindicato.

Após leituras dos pareceres proferidos pelo Conselho Fiscal do Sindicato foram aprovadas, por unanimidade, quer a alienação da fracção "B" da Rua Justino Cumano, 29-1.º, em Faro, pertença do STAS, quer a aquisição das fracções "B" e "AC" da Rua Santos Pousada, 1037 e 1041, no Porto.

Com efeito, a alienação das instalações existentes em Faro, que se encontravam abandonadas e sem utilização, vai permitir o reinvestimento numa instalação nova no Porto e, ao mesmo tempo, permitir fortalecer a relação do STAS com a zona norte.

Foram ainda abordados temas como a questão do impasse nas negociações para

a tabela salarial, tendo sido também dadas a conhecer ao Conselho Geral e à Direcção do Sindicato, algumas situações que, infelizmente, ocorrem nas empresas e que os nossos sócios continuam a não dar a cara, com receio de represálias.

Este é um tema complicado e, embora compreensível, o facto é que o Sindicato só pode agir em defesa dos trabalhadores quando tem conhecimento das situações, sendo que, em muitos casos, poderá existir a necessidade de avançar pela via judicial. O Sindicato e a Direcção estão cá para dar todo o apoio ao sócio. Conte connosco e com o nosso Departamento Jurídico. Foi esta a mensagem, uma vez mais transmitida aos nossos conselheiros.

### São Martinho

## Passeio à Pateira de Fermentelos e Aveiro



Para comemorar o Outono e a chegada definitiva do tempo frio, nada melhor do que um dia de São Martinho bem passado.

A pensar em si, o STAS no fim-de-semana de 20 e 21 de Novembro, preparou um passeio que não vai querer perder. Inclui um passeio regional com visita a Aveiro e às praias da Barra e Costa Nova; a noite de São Martinho, com o tradicional cerimonial de despedida e regada com o fabuloso espumoso bairradino; muita animação e música tradicional portuguesa; viagem no típico comboio do Vale do Vouga, "O Vouguinha"; visita à Casa Museu Fundação Dionísio Pinheiro e parque da cidade; visita ao Panteão dos Lemos, Ponte da Rata, Igreja de S. Paio e muito mais.

### São dois dias que incluem:

- Transporte em autocarro de turismo com ar condicionado;
- Estadia de uma noite na Estalagem da Pateira 4\*, em quartos duplos, com casa de banho privativa;
- Refeições conforme o programa (1 pequeno-almoço, 2 almoços e 1 jantar);
- Bebidas nas refeições;
- Visitas conforme o programa;
- Taxas de turismo, serviços e IVA;
- Seguro de assistência em viagem.

Os preços por pessoa (mínimo de 45 participantes) são de 130 €, em quarto duplo, e de 140 € em quarto individual. Não perca esta oportunidade. Contacte-nos já! ■

### Tempos Livres

## Actividade física para todos e para cada um

É já a partir de amanhã, dia 13, que o STAS, no âmbito da FEBASE, propõe a todos os colegas a prática de uma actividade física de grande interesse.

São sessões de 60 minutos de exercício físico, com diferentes práticas, adequadas às necessidades e à condição física de cada participante.

As sessões de grupo serão organizadas em circuito, estações ou massivas,

de acordo com o objectivo da sessão e número de participantes.

Esta actividade irá decorrer no Parque das Nações, junto ao Pavilhão de Portugal, na área circundante ou na zona coberta do referido pavilhão, quando as condições climáticas assim o exigirem.

Na 1.ª aula será efectuada a avaliação corporal e definido o plano individual e, na última aula de cada mês, é

feita uma reavaliação do plano individual e o relatório individual.

As inscrições são gratuitas e deverão ser feitas para o telefone 800 205 179 ou [temposlivres@stas.pt](mailto:temposlivres@stas.pt)

Todas as Quartas-feiras, das 10 às 11 horas, contamos consigo.

Basta trazer roupa confortável e adequada para a prática de actividade física no exterior. Apareça! ■



Consigo nos momentos difíceis

[www.servilusa.pt](http://www.servilusa.pt)

### Condições Especiais

para os Associados do Sindicato dos Bancários Sul e Ilhas

| Serviço Funerário

| Serviço de Florista

| Serviço Gratuito no Velório

Água, Café e Chá

Flores

Pagelas

| Centros Funerários

Santa Joana Princesa

Basílica da Estrela

Santo Condestável

São Pedro de Alcântara

Lumiar

São Jorge de Arroios

São João de Deus

| Complexo Funerário de Elvas

| Complexo Funerário da Figueira da Foz

| Crematório de Rio de Mouro

| Tanatoestética/Tanatopraxia

| Música no Velório

| Cinzas ao Mar

| Mini-Bus para familiares e acompanhantes

| Manutenção e Limpeza de Jazigos e Sepulturas

| Artigos Religiosos

| Serviço Internacional

| Crédito simplificado sem juros e encargos até 24 meses - Taeg 0%\*

| Profissionais disponíveis para o ouvir nos momentos difíceis, 24 horas por dia



808 202 609

Linha de Apoio à Família

| A Servilusa encontra-se bem perto de si

\*Adesão ao crédito nos 10 dias seguintes à data da factura

Número Nacional Grátis **800 204 222**

Serviço Funerário Permanente 24 horas





## MECODEC já prepara eleições de Abril

Texto: Rui Santos

De acordo com os Estatutos do SBSI, as eleições para os Corpos Gerentes do Sindicato devem ocorrer em Abril do próximo ano.

E porque se trata de um processo complexo, que envolve 50 mil eleitores, a Mesa Coordenadora dos Órgãos Deliberativos Centrais (MECODEC) já iniciou os trabalhos conducentes à boa organização do processo eleitoral, para que as eleições sejam, como sempre foram no SBSI, um momento alto na vida do Sindicato, com a maior seriedade e transparência



O Conselho Geral do SBSI, reunido em 15 e 16 de Dezembro de 2009, aprovou diversos regulamentos, entre eles o eleitoral, que introduz importantes alterações aos mecanismos antes utilizados nas eleições do Sindicato.

Uma delas, e não menos importante, é a criação de um único caderno eleitoral. Com essa inovação, qualquer associado poderá votar onde quer que se encontre e não apenas na área da sua Secção Sindical, como até agora.

Por força desta alteração, torna-se desnecessário o "voto condicionado", mantendo-se os restantes três méto-

dos de votação: presencial, por correspondência e pela Internet. Mas também o método de votação por correspondência sofreu alterações, deixando de ser necessária a abonação da assinatura do votante, embora passe a ser necessária a inclusão de fotocópia do bilhete de identidade ou do Cartão do Cidadão, com frente e verso no envelope dirigido à MECODEC, o órgão que passa a fazer o escrutínio desses votos por correspondência que, até aqui, eram dirigidos às Secções Sindicais.

Quanto ao voto presencial, registam-se duas importantes alterações, quanto

ao horário e aos locais de funcionamento das mesas descentralizadas. Assim, as mesas centrais irão funcionar das 9 às 18 horas, funcionando as descentralizadas entre as 10 e as 16 horas mas estas apenas onde estiverem recenseados mais de trinta eleitores e onde se mostre possível o seu funcionamento.

O acto eleitoral passa a funcionar em dois dias consecutivos, com o primeiro a ser destinado apenas à votação pela Internet e prosseguindo no dia seguinte também nas mesas de voto, para o voto presencial.

Uma outra inovação prende-se com o envio do "pin" que passa a ser remetido para todos os associados no activo e não apenas para quem o solicitasse, como antes acontecia.

Por outro lado, os associados na situação de reforma também receberão o "pin", para que possam exercer o seu direito de voto pela Internet, mantendo-se para estes o habitual envio do material para o voto por correspondência.

Também os associados no activo poderão votar por correspondência mas, para isso, terão de fazer o pedido à MECODEC.

No passado dia 30, já a MECODEC realizou uma primeira reunião com a empresa encarregada de prestar o serviço relativo ao voto electrónico e que, em anteriores eleições, sempre garantiu a seriedade e transparência que os actos eleitorais no SBSI exigem. ■

### Três métodos de votação

- Voto presencial
- Voto por correspondência
- Voto electrónico

### Dois dias para votação

- Primeiro – Só pela Internet
- Segundo – Voto presencial e pela Internet

### Horários da votação

- Mesas centrais: 9 às 18 horas
- Mesas descentralizadas: 10 às 16 horas
- Internet: 0 horas do 1.º dia às 18 horas do 2.º

### Envio do material para votação

- "Pin" para todos os associados (no activo e na reforma)
- Voto por correspondência: reformados e a pedido dos activos

# PÓS-GRADUAÇÕES ISLA-LISBOA 2010/2011

NOVEMBRO 2010 \ HORÁRIO: PÓS-LABORAL \ DURAÇÃO: 9/10 MESES



## BANCA, SEGUROS E MERCADOS FINANCEIROS

13.ª Edição | 203 Horas

Também ministrada em: **Portimão e Madeira.**

**OPORTUNIDADES:** Colaboração técnica com empresas bancárias e seguradoras | Assessoria de gestão no sector bancário e segurador | Integração em instituições financeiras | Progressão na carreira em bancos, seguradoras e demais instituições financeiras.

**PLANO DE ESTUDOS:** Cálculo Financeiro | Mercados a Prazo: FRA, Swaps de taxa de juro, Futuros e Opções | Análise de Risco de Carteiras de Acções | Gestão de Activos e Passivos Bancários | Gestão de Seguros | Marketing Financeiro | Estratégia Empresarial nas Instituições Financeiras | Fiscalidade Bancária e Seguradora | Auditoria nas Instituições Financeiras.

## GESTÃO DE NEGÓCIO BANCÁRIO

2.ª Edição | 180 Horas

**OPORTUNIDADES:** Desenvolvimento de competências em Vendas e Negociação, Liderança de Equipa e Gestão do Negócio Bancário | Aprofundar conhecimentos na área financeira e adquirir atitude comercial e de serviço ao cliente.

**PLANO DE ESTUDOS:** Marketing Financeiro e Estratégia | *Bank Management* - Negócio Bancário | Investimento e Bolsas Internacionais | *Bancassurance* | Vendas e Excelência Comercial | Negociação e Gestão da Inteligência Emocional | Informática Aplicada à Banca | Liderança e Gestão Estratégica de Negócios e Clientes | Espanhol Aplicado à Área Financeira | Inglês Aplicado à Área Financeira.

## INVESTIMENTO E BOLSAS INTERNACIONAIS

2.ª Edição | 180 Horas

Em parceria com o **Banco BIG.**

**OPORTUNIDADES:** Complementar valências em *Investment & Fund Advisor*, alargando horizontes às principais Bolsas | Aprofundar conhecimentos de Mercado Financeiro | Adquirir competências em Bolsas Internacionais | Especialização ao nível de Investimento em Bolsas Internacionais | Aprofundar conhecimentos técnicos e adquirir maior nível de escolha de instrumentos de investimento.

**PLANO DE ESTUDOS:** Marketing Financeiro e Novos Produtos | Estratégias de Investimento em Bolsa | Bolsas e Mercados Financeiros | Fundos de Investimento Mobiliário | Futuros e Opções | Investimento em Derivados | Produtos Estruturados | *Warrants* | Gestão de Activos - Investimento em Bolsa.

## 300,00€ DESCONTO NAS PROPINAS

PARA ASSOCIADOS DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS, CÔNJUGES, FILHOS E PAIS.

### PÓS-GRADUAÇÕES DO ISLA-LISBOA:

Acupunctura | Assessoria Empresarial | Banca, Seguros e Mercados Financeiros | Ciências da Informação e Documentação | Comunicação de Marketing | Consultoria de Empresas | Consultoria de Imagem | **Direcção de Segurança** | Direito do Trabalho e da Segurança Social | Ecoturismo | Estratégias de Comunicação e Assessoria Mediática | **Geriatría** | Gestão de Carreiras Desportivas | **Gestão e Resolução de Conflitos no Desporto - Mediação** | Gestão de Negócio Bancário | **Gestão e Avaliação da Formação** | Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Recursos Humanos | **Gestão e Estratégia Empresarial (Gestão para não-gestores)** | Gestão Hoteleira - Hospitality Management | Homeopatia | Imagem, Protocolo e Organização de Eventos | **Investimento e Bolsas Internacionais** | Legendagem | **Marketing & Business Intelligence** | Marketing, Vendas e Excelência Comercial | **Naturopatia** | Osteopatia Visceral | **Planeamento e Gestão Administrativa de Recursos Humanos** | Segurança e Cooperação Empresarial no Mediterrâneo | **Segurança e Higiene no Trabalho** | Sistemas de Gestão de Saúde | **Sistemas de Informação de Gestão** | Social Media Marketing Management | **Técnicas e Metodologias Expressivas** | Tradução Jurídica e Económica de Inglês.



## Comissão Sindical de Reformados com instalações do mais alto nível

Texto: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

A Comissão Sindical de Reformados está agora dotada, no número 110 da Rua Cândido dos Reis, de instalações de excelência, prontas a receber os colegas que ali queiram passar algum do seu tempo num ambiente que tanto poderá ser de repouso e de tranquilidade como de companheirismo, de partilha e de fervilhante actividade de jogos de sala, como o *snooker* ou jogos de mesa, tais sejam o xadrez, o *king*, as damas ou a sueca. São, como nos diz o coordenador da comissão, Angelino Saldanha, com um amplo sorriso que denota satisfação pela obra feita, “a sala do silêncio e a sala do barulho”.

A primeira daquelas áreas, com cerca de 55 metros quadrados, parece estar particularmente vocacionada para a leitura, para a navegação no mundo infinito da Internet ou para o espectáculo televisivo.

Decorada com apreciável número de confortáveis sofás, convida também a amena cavaqueira sobre as pequenas e grandes coisas do quotidiano, as recordações de um passado longínquo ou não tanto como isso, ou sobre a imprevisibilidade de um futuro cuja roda da sorte se joga a cada momento. Alguns jornais diários ajudam a atrair a atenção dos visitantes.

### Quatro mesas de *snooker*

O que na segunda sala mais impressiona o repórter, ampla, de duzentos metros quadrados, são as quatro mesas



de *snooker*, devidamente alinhadas e com as bolas já colocadas, apenas aguardando a chegada dos “especialistas” que, “armados” dos respectivos tacos, lhes dêem o destino mais adequado e ao jornalista as posteriores explicações, para o que já fica prometida composta reportagem com os figurantes mais ousados, porque nisto de bilhares, que me desculpem os adeptos do meu clube de futebol, sou como o nosso guarda-redes: acerto muito ao lado da bola...

Mesas e cadeiras para os habitualmente renhidos jogos em que reis valem mais que rainhas (até neste aspecto o machismo continua a ser uma sequele civilizacional...), ou em que só damas contam (vá lá, aqui o feminismo não deixou os seus méritos por mãos alheias), ou ainda,

em que a sueca é mais do que uma ginástica, compõem o cenário desta sala, a que nem sequer falta uma máquina de café, chocolate, leite e água...

### Investimento em benefício dos sócios

“Este é um investimento em benefício dos nossos associados reformados, para os incentivar a sociabilizarem mais. Aqui poderão criar grupos para jogarem, por exemplo, até para fazermos torneios das mais diversas modalidades. De um dia para o outro podemos organizar um torneio. Venham! Estamos aqui, à vossa espera!” – diz-nos Angelino Saldanha, de mangas arregaçadas e com o entusiasmo que lhe é peculiar.

“Muitos dos nossos colegas não se chegaram a preparar para a reforma: saíram do activo muito novos e ainda se encontram cheios de vitalidade e de energia, sem saberem muito bem como hão-de ocupar boa parte do seu tempo, com toda a carga de matriz psicológica que tal situação acarreta. Pois bem: esta casa é para eles, como é para todos os reformados, de todas as idades” – sublinha ainda Angelino Saldanha, que faz questão de acrescentar que esta obra só foi possível pelo grande empenhamento da Direcção do SBN, “a quem muito agradeço, na pessoa do presidente, Mário Mourão”.

E remata: “Mas só fico satisfeito quando vir esta casa cheia, para que este magnífico investimento seja devidamente rentabilizado!” ■

## Promoções de férias no Algarve



Aos associados do SBN que ainda não gozaram férias ou que ainda têm “aquela semaninha” a sobrar no calendário, sugerimos que não percam a oportunidade de usufruírem um pouco mais de sol, de praia e de descanso.

É que, como habitualmente, zelando pelo conforto e bem-estar dos associados, o SBN está a levar a cabo uma série de promoções nos apartamentos do Algarve, que vão de 25% a 50%.

Como sempre, o SBN dá-lhes todas as vantagens:

- Poderão comodamente efectuar a inscrição via fax ou e-mail, sem terem de se deslocar aos nossos serviços.
- Podem, ainda, beneficiar das nossas facilidades de pagamento, por cheques pré-datados ou débito directo em conta, com custos residuais (1,50 € por cheque ou 1,00 € por prestação).
- Caso desejem efectuar o pagamento integral, também têm vários meios para

o fazer, nomeadamente por transferência bancária.

Se gostam de atendimento personalizado e cuidado, poderão sempre recorrer aos nossos serviços, via telefónica, presencial ou e-mail, onde todos os funcionários do SBN estão prontos para recebê-los e esclarecer todas as dúvidas!

Alertamos porém, para que, independentemente de se tratar de um período promocional, se mantém em cumprimento o regulamento “Férias 2010”, pelo que as estadias deverão ser por períodos de sete noites (ou múltiplos) e deverão sempre ter em atenção os prazos de pagamento e política de cancelamento. Para qualquer esclarecimento não hesitem em contactar os serviços, pelos telefones 223 398 805/09/17, pelo fax 223 398 877 ou pelo e-mail sag@sbn.pt

Vá de férias com o SBN e passe momentos inesquecíveis! ■

### Bowling

## 5.º circuito regional

Texto: FIRMINO MARQUES



Com a presença de 18 dos 24 associados inscritos – de entre os quais destacamos a presença de cinco senhoras – teve início em 16 de Setembro, no salão de jogos do Strike Bowl, em Matosinhos, o 5.º circuito regional de bowling.

Após a segunda jornada, Álvaro Fraga, do BPN/Valongo, comanda a classificação, seguido de Carlos Rodrigues, do Banco de Portugal/Porto, de Isabel Maria Trigo, do BPI/Porto, de Joaquim Afonso, do Banco de Portugal/Porto e de Lisete Pereira, do BPI/Ramalde.

A final nacional decorrerá nos dias 16 e 17, em Tavira, com a presença de oito praticantes do SBN, seis homens e duas senhoras. ■

## Karting: Diogo Geraldês é novo campeão regional

A 5.ª e última prova do 12.º campeonato regional de karting realizou-se, no passado dia 23, no kartódromo de Baltar, e consagrou Diogo Geraldês, do BST/Constituição, como campeão regional Norte. ■

### Exposição fotográfica

## “Imagens e um tema”

Como vem sendo habitual, há mais de um ano, o SBN, através do Núcleo de Fotografia, realiza, mensalmente, na sua Galeria, na Rua Conde de Vizela, 145, uma exposição que intitulou “Imagens e um tema”.

Cada evento é da responsabilidade de um dos seus membros que, rotativamente, é designado para apresentação de um tema.

A mostra de Outubro, da autoria de José Cerqueira é subordinada ao tema “Caminhadas – apontamentos” e poderá ser visitada até 3 de Novembro, todas as Quartas e Quintas-feiras, das 15 às 17h30.



# Campanha

## de descontos irresistível

Campanha válida de 1 de Outubro a 15 de Novembro

Armações normais **20 a 50%**

Armações de sol **10 a 50%**

Substitua as suas armações usufruindo das vantagens que lhe concedemos

**NOVOPTICA**

Armações de restos de colecções sem garantia



Os 75 anos do SBC

## Comemorações em Viseu



As comemorações dos 75 anos incidiram, no terceiro trimestre, no distrito de Viseu, pelo que foi ali que se concentraram grande parte das actividades desenvolvidas nos últimos tempos.

Setembro foi mesmo um mês em grande. Logo no dia 3 foi inaugurada, no Palácio do Gelo, a exposição "O 25 de Abril e a Liberdade Sindical".

"Pretendemos apresentar aos visitantes pormenores da história de uma Instituição com 75 anos. Estiveram expostas fotografias, cartazes, recortes de jornal, quadros... enfim, uma parte do espólio e da memória colectiva do Sindicato, mas parte da exposição foi cedência graciosa da Direcção do SBSI", descreve o Presidente da Direcção do SBC. Entre os inúmeros objectos que fizeram parte da mostra, Carlos Silva destaca "os decretos da fundação do Sindicato, de 1935".

Sobre a escolha deste tema para a exposição, o dirigente explica que a Revolução dos Cravos é um marco importante para o Sindicato, uma vez que "é a partir do 25 de Abril que o SBC ganha dimensão e notoriedade, depois da conquista das liberdades cívicas".

A inauguração da mostra contou com a presença de representantes do Governo Civil e da Câmara Municipal de Viseu, da Fundação Inatel, de algumas dezenas de associados do Sindicato e mereceu o apoio da Visabeira, que também se fez representar nesta mostra. Nos dez dias em que esteve patente ao público, a exposição foi vista por "muitas centenas de pessoas" e "despertou a atenção de todos, não apenas dos bancários", conclui Carlos Silva.

## Grande hospitalidade dos bancários de Viseu

Ainda no distrito de Viseu, e prosseguindo a política de "sindicalismo de proximidade", a Direcção visitou todas as agências bancárias do distrito. Trata-se de uma "acção de sensibilização e fidelização" que levou os dirigentes sindicais a mais de 200 balcões e a cerca de 650 trabalhadores. E a resposta não poderia ter sido melhor. "O feedback foi excepcional. Há uma grande hospitalidade nos bancários de Viseu, que se deve, em boa medida, ao trabalho de proximidade do Secretariado Regional, com o apoio do elemento da Direcção que faz a ligação ao distrito", afirma Carlos Silva.

Entre as preocupações que os associados transmitiram à Direcção, o Presidente destaca as matérias relacionadas com "a negociação colectiva e os SAMS". Matérias em relação às quais "o Sindicato tomou notas das preocupações e vai encontrar as soluções aplicáveis a cada caso", garante o dirigente sindical.

## Toda a estrutura sindical presente

Este périplo da Direcção pelo distrito de Viseu incluiu ainda uma reunião dos Corpos Gerentes, que se realizou em 14 de Setembro. Nesse encontro foram abordadas "as principais problemáticas que afectam o sector e o Sindicato", refere Carlos Silva, que destaca ainda o facto de terem participado no almoço que se seguiu à reunião, todos os mem-



bro do Conselho Geral, do Secretariado e do Conselho Fiscalizador de Contas eleitos pelo distrito de Viseu.

"Toda a estrutura sindical esteve presente, o que é, para nós, um motivo de satisfação", frisa o Presidente da Direcção do SBC. O dirigente destaca ainda o "simbolismo" desta acção: "o poder político-sindical descentralizou-se de Coimbra para ir a Viseu".

Depois de Guarda, Leiria e Viseu, o quarto e último trimestre do ano será dedicado ao distrito de Coimbra e terá como ponto alto, em 20 de Novembro, a sessão solene comemorativa dos 75 anos do Sindicato, a realizar no Hotel D. Inês.

Carlos Silva faz um balanço positivo desta descentralização: "tem corrido muitíssimo bem, com uma grande adesão dos associados em todas as iniciativas, que têm contado sempre com muitas centenas de pessoas, não só os associados, mas também os familiares", sublinha. ■

## Convívio de reformados superou expectativas

TEXTOS: VASCO GARCIA

O trimestre dedicado ao distrito de Viseu culminou da melhor forma com o 4.º Encontro de bancários reformados e familiares, um dia fantástico que, por certo, perdurará na memória de cerca de 450 pessoas que estiveram na sensacional Quinta dos Compadres.

Um local lindo, boa comida, serviço excelente, animação de grande qualidade, muito convívio, boa disposição, camaradagem... nada faltou nesta jornada perfeita.

Por volta do meio-dia começaram a chegar os convivas. O staff rapidamente tratou de matar a fome a toda a gente e o beberete inicial quase se transformava em almoço. Mas ainda havia muito mais para vir. Depois do repasto foi tempo de fazer um balanço. Carlos Silva, presidente do SBC, era a voz da satisfação. "Nunca julguei ter tantos bancários e familiares à minha volta", afirmou, perante o que se pode chamar uma verdadeira multidão.



Seguiu-se um dos pontos altos do dia: os parabéns ao SBC, que este ano completa 75 anos de existência. As 450 vozes entoaram o tema festivo, sem desafinar e num momento pleno de emoção e significado.

Durante a tarde também não houve qualquer período morto. Os elementos do Grupo Folclórico de Gumiães cantaram, dançaram e conseguiram meter

muitos bancários a dançar com eles.

Antes do regresso a casa houve ainda tempo para um retemperador lanche, que serviu para ganhar forças para a viagem.

No final, ficou o desejo do reencontro para o ano e, como expressou Sequeira Mendes, da Comissão de Reformados, "que todos estejam presentes, para festejar o centenário do SBC". ■

## SBC aposta na formação

## "Sistema de normalização contabilística" com muita procura



Continuando a dar resposta às necessidades dos seus associados, o Sindicato dos Bancários do Centro (SBC) está a promover diversas acções de formação, destinadas a sócios no activo e a reformados.

No que diz respeito aos trabalhadores no activo, destaque para o curso de "Sistema de normalização contabilística", que está a decor-

rer nas instalações do Sindicato em Coimbra, na Av. Fernão de Magalhães, até ao dia 15. No final, os 17 inscritos terão direito ao certificado e ao manual.



Isabel Ferreira Rocha, do Gabinete de Formação do SBC, explica que "houve alterações na contabilidade", o que levou muitos associados a procurar este curso, que vai já na segunda turma em Coimbra e que terá, também, uma acção nas Caldas da Rainha a partir de 5 de Novembro. "Houve muita adesão porque este é um tema muito actual, que interessa aos sócios", justifica a responsável.

Já na formação dirigida aos associados reformados, esta tem incidido, essencialmente, na área da informática. Em Coimbra, terminou no dia 1, um curso de "Excel nível 1 prático". Os treze participantes fizeram a formação em Excel teórico e depois puseram em prática o que aprenderam. Em Leiria, nas instalações da Know-How, teve início, a 3 de Setembro, o curso de "Word nível 1 prático", com 15 inscrições, e Isabel Ferreira Rocha prevê a abertura de uma segunda turma, para a qual estarão brevemente abertas as inscrições. ■





## Viagens

# SBC em “Cruzeiro ronda veneziana”

Textos: **VASCO GARCIA**



Um grande grupo - 64 pessoas - do SBC começou a conhecer-se em 7 de Junho, na viagem nocturna até ao aeroporto de Barajas, em Madrid. À chegada à capital espanhola só pensávamos em embarcar no “gigante” Jumbo, rumo a Atenas. Na Grécia, já quase nos conhecíamos todos. Esperava-nos o Zenith, um fantástico hotel flutuante de dimensões

enormes. A viagem pelo Adriático conduziu-nos à primeira paragem: Dubrovnik, uma monumental cidade croata com uma baía lindíssima e muita história e memória. Seguiu-se Veneza, que percorremos a pé, calcorreando as suas estreitas ruas e inúmeras pontes e experimentámos a sensação maravilhosa de um passeio nocturno de gôndola, onde entoámos fa-

dos de Coimbra, causa de espanto para os “gondolieri”. Sob um calor intenso, chegámos a Brindisi, cidade típica do sul de Itália. Regressámos depois à Grécia, para visitar Katacolón e as suas praias de areias escuras e águas límpidas. E de novo Atenas. Na Acrópole, sob o imponente e majestoso Parténon, com os seus frisos ausentes em Londres no Museu Britânico, apesar das actuais obras de restauro, respira-se muita história e um passado imperial.

Era tempo de regressar a casa, a bordo do Zenith, um navio que é um misto de elegância e conforto e que nos proporcionou as tais férias inesquecíveis que sempre desejámos... um sonho tornado realidade. O serviço foi de grande qualidade, com todas as refeições e bebidas incluídas em todos os bares, restaurantes e discoteca do navio. Fizemos novos amigos, reforçámos amizades, conhecemos outras realidades. Enfim, uma semana de sonho!

Como apelar esta viagem? Fantástica!! Maravilhosa!! Deliciosa!! Repetível!! ■

## Viagem no AL-ANDALUS



Com o autocarro cheio, a viagem começou na Avenida Fernão de Magalhães, em 2 de Setembro, e levou os 50 turistas até Granada. Mas havia muito para ver e conhecer pelo caminho. Depois do almoço, em Vila Real de Santo António, num belo espaço à beira do Guadiana, que nos beijou com uma brisa fresca e suave, para ganhar apetite para o almoço, houve lugar a uma breve paragem em Sevilha, para um passeio no espaço onde teve lugar a Exposição Iberoamericana de 1929 – e onde se situa o Consulado de Portugal, cujas instalações albergaram nessa altura o pavilhão do nosso País – junto aos jardins de Maria Luísa.

O segundo dia de viagem foi dedicado à cidade palaciana de Granada e fortaleza de Alhambra – emblema da cultura árabe

e sede do último reino muçulmano da Europa – que se encontra erigida sobre a colina vermelha de Sabika – e à Serra Nevada, onde se encontram os cumes mais elevados da Península Ibérica.

Em Granada, o grupo aproveitou o dia livre para visitar os bairros típicos, a Catedral – onde se encontram sepultados os Reis Católicos – La Alcaicería e a Basílica de São João de Deus – um santo

da Europa, com cerca de 100.000 habitantes – e conhecer a Mesquita, um dos locais que mais impressionou os visitantes, sobretudo pelas suas dimensões, sendo a terceira maior mesquita do Mundo, depois de Meca e Medina. A última paragem do grupo foi em Elvas, para jantar – e que jantar – depois de alguns dias à base de “tapas” e “bocadillos”. Final de uma viagem que vai deixar saudades.



português que em terras granadinas pregou e morreu, sendo ali sepultado. À noite, deu-se um dos momentos que ficou na memória de todos: o vibrante e colorido espectáculo de flamenco.

Mas o tempo corre e era já tempo de voltar a casa. Não sem antes passar pela bela cidade de Córdoba – que foi nos seus tempos áureos a cidade mais populosa

O SBC promove várias viagens por ano, sempre com grande adesão dos associados, que, este ano, já foram à Grécia, Itália, Rias Baixas, cruzeiro a Veneza e vários locais em Portugal. O objectivo destas viagens é reforçar os laços de proximidade do SBC com os seus associados e familiares, reforçando a componente de convívio. ■



**INETESE**

ASSOCIAÇÃO PARA O ENSINO E FORMAÇÃO

Contactos 800 200 808  
fmc@inete.pt - www.inete.pt

A Formação Modular Certificada visa o desenvolvimento de um suporte privilegiado para a flexibilização e diversificação da oferta de formação contínua, integrada no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), com vista ao completamento e à construção progressiva de uma qualificação profissional. Esta formação propõe-se colmatar algumas lacunas de conhecimentos verificadas, pelos candidatos, no decurso da respectiva actividade profissional.

### O horário de frequência:

- Horário laboral ou pós-laboral

### As regalias:

- Subsídio de alimentação
- Subsídio de transporte

### Os destinatários:

- Activos empregados ou desempregados
- Idade igual ou superior a 18 anos
- Detentores de habilitações escolares entre o 9.º ano de escolaridade e o 12.º ano

### Regiões:

- Lisboa
- Centro
- Alentejo

A Formação Modular Certificada tem por base as unidades de formação de curta duração, de 25 ou 50 horas, constantes do CNQ e destina-se a aperfeiçoar os conhecimentos e competências dos candidatos, podendo ser, igualmente, utilizada em processos de reciclagem e reconversão profissional, proporcionando, deste modo, a aquisição dos conhecimentos necessários à integração num mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo.

Em termos de estrutura curricular, esta modalidade não contempla quaisquer componentes de formação, é pois uma oferta formativa individualizada, que pressupõe a frequência parcial das unidades de formação de curta duração, em função das necessidades de cada candidato e não a totalidade de um determinado percurso formativo.

Com o presente projecto pretendemos dar o nosso contributo para o desígnio nacional de subir a taxa de escolaridade dos portugueses.





## 3 VANTAGENS ÚNICAS WIDEX PARA O BENEFICIÁRIO SAMS:

1. Os melhores especialistas do país em reabilitação auditiva.  
Aparelhos auditivos de alta definição WIDEX, com condições especiais (descontos até 50%).
2. Serviço com Certificação\* de Qualidade ISO 9001/2008.  
Audiologistas licenciados e um serviço após-venda único em 24 horas garantem que retirará o máximo proveito do seu Aparelho Auditivo WIDEX.
3. Melhoria da sua qualidade de vida.  
Tome uma iniciativa pela sua audição e aproveite a sua vida.

UMA PARCERIA  
QUE O VAI  
DEIXAR A OUVIR  
MELHOR



### OFERTA DISPONÍVEL

no Centro Clínico de Ambulatório do SAMS,  
Serviço de Audiofonologia, Lisboa,  
ou em qualquer CENTRO AUDITIVO WIDEX  
em todo o país.

SAIBA TUDO SOBRE A SUA AUDIÇÃO EM [www.widex.pt](http://www.widex.pt)

1ª consulta gratuita

 **800 200 343**

[www.widex.pt](http://www.widex.pt)